| | |
|---|---|
| **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2026** | |
| **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09936/GLOBAL/2026** | |
| **RESUMO DOS DADOS DA LICITAÇÃO** | |
| Abertura da Sala de Disputa: 30/11**/2026, às** 10:00**h** (horários de Brasília), no sítio: **https://licitanet.com.br/**.<br><br>Encerramento do prazo para cadastro das propostas: Até o momento que antecede a abertura da Sessão pública. | Limite para solicitação de esclarecimentos e impugnação:<br>Até 3 dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública. |
| **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE CAMISETAS E COLETES PERSONALIZADOS.** | |
| VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 1.020.674,25 (Um milhão e vinte mil, seiscentos e setenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) | |

| **FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS** | **VISITA TÉCNICA** | **MINUTA DE CONTRATO** |
|---|---|---|
| SIM | NÃO | SIM |
| **TIPO DA LICITAÇÃO** | **MODO DE DISPUTA** | **INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES** |
| MENOR PREÇO POR LOTE | ABERTO | R$ 0,01 |
| Os documentos de habilitação são os constantes anexo II do edital. | | |

| **LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A ME/EPP?** | **RESERVA DE COTA PARA A ME/EPP?** | **PRIORIDADE PARA A ME/EPP LOCAL OU REGIONAL?** | **EXIGE AMOSTRA?** |
|---|---|---|---|
| NÃO | NÃO | SIM | NÃO<br>(somente para prova) |

| | |
|---|---|
| Prazo para envio da proposta definitiva e documentos complementares:<br>02 (duas) horas após convocação do pregoeiro | |
| Telefone para contato: 69 3443-8028 | E-mail: cacoal.pregoeiros@gmail.com |

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 1/69

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2026**
**Processo Nº: 09936/GLOBAL/2026**

***Lote Exclusivo ME/EPP/MEI***
***e Lote de AMPLA PARTICIPAÇÃO***

## INFORMAÇÕES PRELIMINARES

**Data da Abertura:** 30/11 **/2026**

**Horário para Início da Sessão:** 10:00 **h (Brasília-DF)**

**Local:** No endereço eletrônico www.licitanet.com.br

O MUNICÍPIO DE CACOAL, através do(a) Pregoeiro(a) Oficial, designado(a) pela Portaria nº **011/GABINETE/2026**, com sede na Avenida Araçatuba (RO 383), S/N, na cidade de Cacoal Estado de Rondônia torna público que, devidamente autorizada pelo Prefeito Municipal, na forma do disposto nos processo administrativo n.º **09936/GLOBAL/2026**, que no dia, hora e local indicados no presente edital, será realizada licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo **MENOR PREÇO** julgado pelo valor do **LOTE**, realizado por meio da internet, no site: www.licitanet.com.br.

*Todas as Cotações de Preços, Orçamentos, Valores Prévios e Cálculos de Média são de inteira responsabilidade do setor/autarquia que os efetuou, não cabendo assim qualquer responsabilidade ao Pregoeiro ou à Comissão com relação aos mesmos.*

## FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS

* Endereço: Complexo Beira Rio - Avenida Araçatuba (RO 383), S/N – Cacoal - RO
* Pregoeiro(a): Toni Rodrigo Dias Brito
* E-mail: cacoal.pregoeiros@gmail.com
* Fone/Fax: 69 3443-8028.

Todas as informações oficiais pertinentes a presente licitação poderão ser acessadas gratuitamente nos sites: www.cacoal.ro.gov.br > Portal de Transparência > Licitações (http://transparencia.cacoal.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes) e www.licitanet.com.br, jornal de Circulação Diária Regional "Diário RO", Diário Oficial do Município de Cacoal – DIOC (https://dioc.cacoal.ro.gov.br/), e Portal Nacional de Licitações Públicas – PNCP.

## 1. CONDIÇÕES PRELIMINARES

**1.1** O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

**1.2** Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no LICITANET e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão as constantes do Edital.

**1.3** Os trabalhos serão conduzidos por Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Cacoal Rondônia, com certificação digital.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 2/69

**1.4** Todos os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília – DF, salvo quando explicitamente descrito em contrário.

## 2. DISPOSIÇÕES LEGAIS

**2.1** O certame será regido pelo Decreto Municipal 9.592/PMC/2023, subsidiariamente pela Lei nº 14.133, de 2021, com aplicação subsidiária do Decreto Federal 10.024/2019, Decreto Federal Nº 11.462, de 31 de março de 2023 e Lei Municipal Nº 3.696/2016 e Nº 4.350/2019, e ainda pelo Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078 de 11/09/90), Lei Complementar 123/2006 e 147/2014 e do disposto no presente edital.

## 3. DO OBJETO

**3.1** O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS DE CAMISETAS E COLETES PERSONALIZADOS,** (Sistema de Registro de Preços - SRP), pelo período de **12 (doze) meses,** podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovada a sua vantajosidade, nos termos do art. 84, da Lei nº 14.133/21, conforme as necessidades das Secretarias e Autarquias Municipais requisitantes (a saber, SEMAST, SEMUSA, SEMFAZ, SEMDEC, SEMMA e AMEC) em Cacoal-RO, conforme quantidades, condições e especificações técnicas minuciosamente descritas nos anexos do edital.

**3.2** As quantidades mencionadas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I) não implicam na obrigatoriedade de aquisição de tais quantidades pela Administração Pública, durante a vigência do Registro de Preços, servindo apenas como referencial para a elaboração das propostas dos licitantes.

## 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

**4.1** A participação nos itens se dará em conformidade com a legislação vigente, a saber:

**4.2** Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas no site **www.licitanet.com.br**.

**4.2.1** Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de um cadastro prévio, adquirindo *login* e senhas pessoais (intransferíveis), obtidas junto a **LICITANET**.

**4.2.2** A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observados data e horário limite estabelecidos.

a) O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos disponíveis na plataforma de execução**:** **www.licitanet.com.br**

b) O licitante poderá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, para inscrição e cadastramento da proposta inicial de preços.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 3/69

**4.3** A **LICITANET** atuará como órgão provedor do sistema eletrônico nos termos firmados com a Prefeitura Municipal de Cacoal.

**4.4** A **ME, EPP, MEI ou EIRELI**, para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema, informar no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade no desempate (art. 44 e 45 da Lei Complementar n° 123/06).

**4.5** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e demais cominações legais.

**4.6** Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo.

**4.7** Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo a Prefeitura Municipal de Cacoal-RO, em nenhum caso, responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão.

**4.8** Não poderão participar desta licitação ou da execução do contrato, conforme Art. 14 da Lei 14.133/2021:

I. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

*i.* O impedimento de licitar ou contratar será considerado no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção *(conforme § 4º do Art. 156 da Lei 14.133/2021).*

IV. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

V. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VI. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 4/69

escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**4.9** A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

**4.10** Todas as cópias de documentos apresentados serão consideradas originais nos termos do Decreto Municipal 6.723/2018, Artigo 1, § 2º.

**4.11** Serão aceitas somente cópias legíveis.

**4.12** Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país.

**4.13** Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país.

**4.14** Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração da proposta de preços.

**4.15** Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

**4.16** O contratado deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**4.17** Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/06, 147/2014 e Lei Municipal 3696/2016 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

## 5. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

**5.1** Nos termos do art. 164 da Lei 14.133/2021, os pedidos de esclarecimentos decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e seus anexos e as informações adicionais que se fizerem necessárias para a elaboração das propostas, referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro **até 03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO, manifestando-se através do Sistema **LICITANET** ou ainda via e-mail cacoal.pregoeiros@gmail.com, (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado pelo Pregoeiro e equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone (0XX69) 3443-8028), ou ainda, protocolar o original junto a Superintendência, situada na Avenida Araçatuba (RO 383), S/N – Cacoal - RO, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 07:30h às 13:30h (Horário de Rondônia), devendo o licitante mencionar o número do Pregão, ano e número do processo licitatório.

**5.1.1** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 5/69

**5.2** As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida no edital no mesmo período, serão encaminhadas em forma de aviso de erratas, adendos modificadores ou notas de esclarecimentos, disponibilizados publicamente a todos os interessados.

**5.3** Nos termos do art. 164 da Lei 14.133/2021, os pedidos de Impugnação deverão ser enviados ao Pregoeiro **até 03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO, manifestando-se através do Sistema **LICITANET** ou ainda via e-mail cacoal.pregoeiros@gmail.com, (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado pelo Pregoeiro e equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone (0XX69) 3443-8028), ou ainda, protocolar o original junto a Superintendência, situada na Avenida Araçatuba (RO 383), S/N – Cacoal - RO, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 07:30h às 13:30h (Horário de Rondônia), devendo o licitante mencionar o número do Pregão, ano e número do processo licitatório.

**5.3.1** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, **decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis,** contado da data de recebimento da impugnação.

**5.3.2** A decisão do Pregoeiro quanto à impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação) e ainda através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site LICITANET, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

**5.3.3** Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.

## 6. DO CREDENCIAMENTO

**6.1** Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site www.licitanet.com.br.

**6.2** A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de ***Home Broker***, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

**6.3** O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos elencados na **alínea "a" do subitem 4.2.2.**

**6.4** O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto a **LICITANET – Licitações On-line**, ou canceladas por solicitação do licitante.

**6.5** A manutenção ou alteração da Senha de Acesso será feita através de pedido do licitante junto ao Atendimento On-Line (CHAT) do site **LICITANET – Licitações On-line**, sendo enviada para seu e-mail a nova senha de forma imediata.

**6.6** As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones: **(34) 3014-6633, (34) 99678-7950 e (34) 2512-6500** ou pelo e-mail **fornecedor@licitanet.com.br.**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 6/69

**6.7** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

**6.8** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de Cacoal-RO, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**6.9** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

**6.10** Para que possam participar do presente pregão (*Como ME-EPP-MEI*), bem como gozar dos demais benefícios previstos nos capítulos V, da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, é necessário que a microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP) ou ainda o microempreendedor individual (MEI), no campo próprio trazido pelo sistema, manifestem cumprir plenamente os requisitos para classificação como tal, nos termos do art. 3º do referido diploma legal.

**6.11** A concessão dos benefícios destinados à ME/EPP fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (...), devendo o licitante declarar em caso de extrapolação. (§ 2º do art. 4º da Lei 14.133/2021).

## 7. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

**7.1** O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

**7.1.1** Quando do julgamento por Item, o licitante poderá cotar apenas os itens de seu interesse.

**7.1.2** Quando do julgamento por Lote, o licitante deverá cotar todos os itens do lote desejado, sob pena de invalidação da proposta sobre aquele lote.

**7.1.3** Quando do julgamento Global, o licitante deverá cotar todos os itens licitados, sob pena de invalidação da proposta.

## 8. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS PELO SISTEMA ELETRÔNICO

**8.1** Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até o horário limite da Sessão Pública descrito no preâmbulo deste edital, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

**8.2** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

I. Valor unitário e total dos itens;
II. Marca;
III. Fabricante;



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 7/69

IV. Descrição detalhada do objeto, indicando, além das especificações técnicas, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente (quando for o caso);

**8.3** A etapa de encaminhamento da proposta será encerrada com a abertura da sessão pública.

**8.4** O envio da proposta ocorrerá por meio de uso da chave de acesso e senha, intransferíveis.

**8.5** O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

**8.6** A falsidade da declaração de que trata o 8.5 sujeitará a infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021;

**8.6.1** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
**8.6.2** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

**8.7** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

**8.8** Na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, observado o disposto no **caput**, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de disputa e julgamento.

**8.9** As propostas de preços registradas no Sistema LICITANET, implicarão em plena aceitação, por parte da Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

**8.10** Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

**8.11** O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas na LICITANET e as especificações constantes no ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão as últimas.

**8.12** Na Proposta de Preços registrada/inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, os quais deverão compor sua proposta.

**8.13** A regra para o presente certame é a de não possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao total previsto no edital, devendo o mesmo a obrigar-se nos limites dela.

## 9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

**9.1** A partir da data e horário definidos para abertura do presente certame, conforme descrito no preâmbulo deste edital, e em conformidade com o estabelecido neste Edital, o Pregoeiro abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 8/69

deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas neste edital.

**9.1.1** O Pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo "CADASTRO DE PROPOSTA" do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos **(podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente),** DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis**.**

**9.2** Os lances serão realizados em conformidade com a Lei Federal Nº 14.133/21 Art. 56 inc. I e II, no modo de disputa **ABERTO** ou **ABERTO E FECHADO**, conforme definido e cadastrado no sistema da Plataforma LICITANET;

**9.3** Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexequível, o Pregoeiro obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então **DESCLASSIFICARÁ**.

**9.3.1** O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexequível, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

**9.3.2** Quando houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 2° do artigo 59 da LeiFederal n° 14.133/21.

**9.4** AS LICITANTES DEVERÃO MANTER A IMPESSOALIDADE, NÃO SE IDENTIFICANDO DURANTE A FASE DE LANCES, SOB PENA DE SEREM **DESCLASSIFICADAS** DO CERTAME PELO PREGOEIRO.

**9.5** Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site www.licitanet.com.br, conforme Edital.

**9.6** Todas as licitantes poderão apresentar lances para os **ITENS E/OU LOTES** cotados, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**9.6.1** Assim como será lançado na proposta de preços, que deverá conter o melhor valor ofertado, os lances serão ofertados observando-se as seguintes condições:

**9.6.2** Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes nos ANEXOS I e III – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o Pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

**9.7** A abertura e da fase de lances "via Internet" será feita pelo Pregoeiro, sendo o Sistema Licitanet, responsável pelo encerramento dos prazos aleatórios, prazos adicionais e demais fases do certame, definidas conforme modo de Disputa definido no Item 10.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 9/69

**9.8** As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação;

**9.9** O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances;

**9.10** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

**9.11** Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

**9.12** Sendo efetuado lance com valor equivocado, decorrente de erro de digitação ou qualquer outro, **caberá ao licitante** a exclusão de seu lance em prazo hábil, sob risco de desclassificação caso não honre a oferta encaminhada.

**9.13** Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o Pregoeiro **poderá** alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, ou mesmo excluir, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;

**9.13.1** A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do **item/lote**;

**9.13.2** O proponente que encaminhar o lance com valor aparentemente inexequível durante o período de encerramento aleatório, e, não havendo tempo hábil, para exclusão e/ ou reformulação do lance, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta **DESCLASSIFICADA** na fase de aceitabilidade;

## 10. DO MODO DE DISPUTA

**10.1** No presente certame, o modo de disputa será o modo **ABERTO**, nos termos do Decreto Federal de n° 10.024/2019.

**10.2** **Modo de Disputa Aberto** (Inciso I, Art. 31 do Decreto 10.024/2019) - A etapa de envio de lances na sessão pública durará **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**10.2.1** O fornecedor somente poderá encaminhar lance com intervalo mínimo entre eles de R$ 0,01 (um centavo) menor que o valor do último lance.

§ 1º - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação.
§ 2º - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no caput e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.
§ 3º - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no § 1º, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º do Decreto Federal 10.024/2019, mediante justificativa.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 10/69

**10.3** **Modo de Disputa Aberto e Fechado** (Inciso II, Art. 31 do Decreto 10.024/2019) - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de **quinze minutos**.

§ 1º - Encerrado o prazo previsto, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o **período aleatório de até dez minutos**, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
§ 2º - Encerrado o prazo de que trata o § 1º, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
§ 3º - Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o § 2º, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.
§ 4º - Encerrados os prazos estabelecidos nos § 2º e § 3º, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.
§ 5º - Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos § 2º e § 3º, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no § 4º.
§ 6º - Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no § 5º.

## 11. DA DESCONEXÃO DO PREGOEIRO

**11.1** Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**11.1.1** O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

## 12. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME/EPP/MEI's NO AMBITO REGIONAL

**12.1** Com base na Lei Municipal 3.696/2016 e suas alterações, na disputa de itens de participação Exclusiva ou Cotas Reservadas para ME/EPP/MEI, proceder-se-á da seguinte forma:

**12.1.1** Poderá ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual sediadas local, regional ou estadualmente, até o limite de 10% (dez) por cento do melhor preço válido, nos seguintes termos:

a) No presente certame, o **Lote n°01** será de **AMPLA PARTICIPAÇÃO (para qualquer empresa)**, sendo, porém, garantidas as prerrogativas de preferência das ME's, EPP's e MEI's previstas nas Leis Complementares nº 123/06 e 147/2014 e suas alterações.

b) Quanto ao **Lote n°02**, destina-se **EXCLUSIVAMENTE à participação de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou ainda Microempreendedor Individual (MEI)**, conforme disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar 123/06, 147/2014 Lei Municipal 3696/2016 e suas alterações.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 11/69

**12.2** Quando da existência de Itens/Lotes destinados à participação de Micro e Pequenas Empresas nos termos da Lei Municipal 3.696/2016 e suas alterações, serão utilizados os seguintes termos:

a) aplica-se o disposto neste inciso nas situações em que as ofertas apresentadas pelas ME's, EPP's ou MEI's sediadas Local, Regional, ou Estadual sejam iguais ou até dez por cento superiores ao menor preço;

b) nos termos da Lei Municipal 4.350/PMC/2019, nos itens destinados às ME/EPP/MEI, o critério de preferência será oferecido:

I - Primeiramente às ME's, EPP's ou MEI's sediadas Local.
II - Diante da não contratação, o benefício será concedido às ME's, EPP's ou MEI's sediadas Regional.
III - Diante da não contratação, o benefício será concedido às ME's, EPP's ou MEI's sediadas Estadual.

c) para efeito do item anterior, considera-se:
I – Entende-se por Local as ME's, EPP's e MEI's sediados no município de Cacoal;
II – Entende-se por Regional as ME's, EPP's e MEI's sediados na microrregião de Cacoal, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; quais sejam; Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Castanheiras, Espigão D'Oeste, Ministro Andreazza, Novo Horizonte do Oeste, Rolim de Moura, Santa Luzia D'Oeste.
III – Entende-se por Estadual as ME's, EPP's e MEI's sediados nos demais municípios do Estado de RO.

d) nas licitações a que se refere o subitem anterior, a prioridade será aplicada apenas na cota reservada para contratação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte;

e) nas licitações com exigência de subcontratação, a prioridade de contratação prevista neste inciso somente será aplicada se o licitante for microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente ou for um consórcio ou uma sociedade de propósito específico formada exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente;

**12.3** No tratamento dos itens contemplados pelo referido dispositivo legal, ficam ressalvados ainda:

**12.3.1** Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante da sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal. (Lei 3.696/PMC/16, Art. 35, §2º)

**12.3.2** Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço. (Lei 3.696/PMC/16, Art. 35, §3º)

**12.3.3** Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, haverá prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 12/69

em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente. (Lei 3.696/PMC/16, Art. 35, §4º)

## 13. DO DESEMPATE

**13.1** Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos na Lei Municipal 3.696/2016, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação dos critérios estabelecidos no art. 60º da Lei nº 14.133, de 2021, se não houver licitante que atenda às primeiras hipóteses.

**13.1.1** Serão aplicados os mesmos critérios de desempate caso não haja envio de lances na fase competitiva, sendo a proposta inicial considerada como vinculatória caso não tenha sido retirada. *(Art. 26, § 6º do Dec. 10.024/2019)*

**13.2** Entende-se por empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

**13.2.1** Para os beneficiados pela Lei Complementar nº 123/2006, na modalidade de pregão, o intervalo percentual será de **5% (cinco por cento)** superior ao melhor preço;

**13.3** Serão convocadas as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem nas mesmas hipóteses, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**13.4** Nas licitações entre não declarantes ME/EPPs ou em que após o exercício de preferência estejam configurados empate em primeiro lugar, será realizada disputa final entre os licitantes empatados, que poderão apresentar nova proposta fechada, conforme estabelecido no instrumento convocatório. *(Art. 77 do Dec Municipal 9.592/2023)*

§ 1º Mantido o empate, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
I - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual preferencialmente deverão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que haja sistema de avaliação instituído;
II - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;
III - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

§ 2º Caso a regra prevista no § 1º não solucione o empate, será dada preferência:
I - empresas estabelecidas no território do Estado de RO;
II - empresas brasileiras;
III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

§ 3º Caso a regra prevista no § 2º deste artigo não solucione o empate, será realizado sorteio.

## 14. DA NEGOCIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 13/69

**14.1** Decidido o detentor do melhor preço, o pregoeiro encaminhará pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

§ 1º A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

**14.2** Após finalização dos lances, negociações e atualizações dos preços, o Pregoeiro examinará a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação, apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços da SUPEL/RO, bem como, se o valor unitário e total encontram-se com no **máximo 02 (duas) casas decimais;**

**14.2.1** O Pregoeiro não aceitará proposta final cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação, apurado pelo Setor responsável. Vide art. 59 inciso III da lei 14.133/21.

**14.2.2** Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso a licitante divergir com o exigido, o Pregoeiro, poderá convocar para atualização do referido valor, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOR automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

## 15. DA PROPOSTA DE PREÇOS

**15.1** Encerrada a fase de lances e negociação, o(a) pregoeiro(a) solicitará do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, o envio da Proposta de Preços, observado o prazo limite de até 02 (duas) horas, conforme o § 2º do art. 38 do Decreto Federal 10.024/2019.

**15.1.1** A critério da administração, poderá o prazo limite ser prorrogado por igual período, de forma justificada.

**15.1.2** O encaminhamento se dará através do módulo HABILITANET no rol de menus da Sala de Disputa, dentro do prazo estabelecido, após a fase de lances.

**15.1.3** Poderá ainda ser utilizado o relatório de Proposta Final expedido pelo sistema LICITANET em substituição, sem prejuízo do procedimento licitatório.

**15.2** A proposta Final corrigida e atualizada ao último valor ofertado terá validade mínima de 60 (sessenta) dias corridos a partir da data de sua entrega.

**15.3** O preenchimento da Proposta Final deve seguir estritamente a ordem e numeração dos itens conforme Anexo III - Estimativa de Custos.

**15.4** O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, se for o caso (inc. III, Art. 13, Decreto nº. 12.205/2006), bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (inc. IV, Art 13, Decreto nº. 12.205/2006).

**15.5** A cargo da administração pública, poderá o pregoeiro(a) solicitar a reelaboração da Proposta de Preços quando a mesma apresentar erros formais e passíveis de correção.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 14/69

**15.6** Se a proposta de preços não for aceitável, o Pregoeiro(a) examinará a proposta de preços subseqüente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital;

**15.7** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital;

**15.7.1** A desistência em apresentar lance implicará a Licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado.

**15.8** O pregoeiro poderá solicitar PROSPECTO/FOLDER/CATÁLOGO/ENCARTES/ FOLHETOS TÉCNICOS OU LINKS OFICIAIS do objeto, objetivando avaliar a compatibilidade do item ofertado, sob pena de desclassificação em caso de descumprimento das exigências ou do prazo estipulado;

**15.9** Nos casos em que o Pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

**15.9.1** Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

**15.9.2** Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o Pregoeiro procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.

**15.9.3** Diante de divergências claramente resultantes de erro de digitação ou preenchimento, o pregoeiro se reserva o direito de solicitar a correção da proposta.

**15.10** A critério da Administração, poderá o(a) pregoeiro(a) solicitar da empresa detentora do melhor lance, Planilha de Composição de Custos detalhada, de forma a comprovar a exequibilidade da proposta, ou ainda elucidar quaisquer divergências referente aos valores praticados.

## 16. DA DOCUMENTAÇÃO HABILITATÓRIA

**16.1** A relação de documentos requisitados para comprovação da habilitação do licitante no presente certame encontra-se **no Anexo II** deste edital.

**16.2** A habilitação do licitante será comprovada mediante consulta da documentação especificada neste Edital.

**16.3** A consulta deverá comprovar que o licitante se encontrava regular à época da abertura das propostas.

**16.4** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**16.5** Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 15/69

I. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;

II. Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;

III. Se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

**16.6** A Administração, por meio da Comissão ou servidor(es) designado(s), poderá ainda, caso haja necessidade, diligenciar para certificação da veracidade das informações acima, ou quaisquer outras prestadas pela empresa licitante durante o certame, sujeitando o emissor as penalidades previstas em lei caso haja ateste de informações inverídicas.

**16.7** Quando da previsão de subcontratação parcial, a documentação habilitatória relativa à parcela dos produtos ou serviços subcontratados, poderá ser relativo à empresa subcontratada.

## 17. DA HABILITAÇÃO

**17.1** Encerrada a análise das Propostas Comerciais, o(a) pregoeiro(a) solicitará do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, o envio da Documentação de Habilitação elencada no Anexo II do presente edital, observado o prazo limite de até 02 (duas) horas, conforme o § 2º do art. 38 do Decreto Federal 10.024/2019.

**17.1.1** A critério da administração, poderá o prazo limite ser prorrogado por igual período, de forma justificada.

**17.1.2** O encaminhamento se dará através do módulo HABILITANET no rol de menus da Sala de Disputa, dentro do prazo estabelecido, após a fase de lances.

**17.2** O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, se for o caso (inc. III, Art. 13, Decreto nº. 12.205/2006), bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (inc. IV, Art 13, Decreto nº. 12.205/2006).

**17.3** Todos os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, conforme disposto no Art. 43 do Decreto Federal 10.024/2019, inclusive quando a legislação ou o edital exijam apresentação de planilha de composição de preços.

**17.4** O Pregoeiro poderá suspender a sessão para análise da documentação de habilitação.

**17.5** Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, poderá o Pregoeiro considerar o proponente INABILITADO.

**17.6** A Administração não se responsabiliza pela perda de negócios quanto aos documentos exigidos para habilitação que puderem ser emitidos pelo Pregoeiro via online, gratuitamente, quando da ocorrência de eventuais problemas técnicos de sistemas ou quaisquer outros, pois é

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 16/69

de inteira responsabilidade das licitantes a apresentação dos documentos exigíveis legalmente quando da convocação.

**17.7** Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei, admitidos como válidos, e no caso de omissão, os emitidos nos últimos 90 (noventa) dias para a Certidão de Falência e Recuperação Judicial, e emitidos nos últimos 60 (sessenta) dias para as demais.

**17.8** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

**17.9** Será assegurado às empresas que tenham declarado sob as penas da lei a condição de ME/EPP e que não incorram nas hipóteses de desenquadramento, a possibilidade de regularização da documentação para habilitação pertinente à regularidade fiscal, na forma prevista pelo art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.

**17.10** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar **toda a documentação exigida** para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**17.10.1** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**17.10.2** A não regularização da documentação, no prazo previsto nos itens acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no § 2º do artigo 90 da Lei nº 14.133 de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, assinatura do contrato ou revogar a licitação.

**17.11** A Administração se reserva no direito de diligenciar, a qualquer momento, no sentido de verificar a validade e a autenticidade de qualquer certidão apresentada. Havendo divergências, será considerada válida pela Administração a certidão obtida com data mais recente.

**17.12** Também em sede de diligência, havendo dúvidas sobre a veracidade dos documentos apresentados para habilitação ou sua compatibilidade com as exigências editalícias, poderá ser solicitada a exibição de documentos complementares como: termo de contrato, atas de registro de preços, notas de empenho, notas fiscais ou outros considerados pertinentes.

**17.13** Nos casos em que o objeto social cadastrado se mostrar confuso, dúbio ou pouco objetivo, o pregoeiro poderá abrir diligência com o único fim de apurar se a licitante atua em ramo pertinente ao objeto da presente licitação.

**17.14** Na fase de Habilitação, após ACEITA e comprovada a Documentação de Habilitação, o Pregoeiro HABILITARÁ a licitante, em campo próprio do sistema eletrônico.

## 18. DOS RECURSOS

**18.1** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 17/69

**18.2** Declarado o vencedor qualquer licitante poderá, durante o prazo de **10 minutos**, de forma imediata, em campo próprio do sistema (clicando no botão **ENTRAR C/ RECURSO**), manifestar sua intenção de recorrer.

**18.3** A falta de manifestação imediata, da intenção de recurso quanto ao resultado do certame importará na preclusão do direito recursal, autorizando a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

**18.4** O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a independente de motivação prévia.

**18.5** O licitante recorrente deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis conforme previsto no § 2º do art. 165 da Lei nº 14.133, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar as contrarrazões previstas no § 4º do art. 165 da Lei nº 14.133, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente.

**18.6** Os recursos serão dirigidos à Superintendência de Licitações - SUPEL, por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em até 10 (dez) dias úteis ou, nesse período, fazê-los subir, devidamente informado, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

**18.7** O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**18.8** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**18.9** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, junto à plataforma de execução do certame, ou ainda, na sala da SUPEL, na Sede do Município de Cacoal - RO, no endereço mencionado anteriormente.

## 19. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**19.1** Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o Pregoeiro declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) ITENS/LOTES e encaminhará os autos para ADJUDICAÇÃO pela autoridade competente.

**19.2** A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico www.licitanet.com.br, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

**19.3** A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro e efetuada pela Autoridade Competente.

**19.4** A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e será realizada depois da adjudicação.

**19.5** Quando houver recurso e o Pregoeiro mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos do Pregoeiro.

**19.6** Independente da forma de julgamento (por ITEM, por LOTE ou GLOBAL), o objeto deste Pregão será registrado **POR ITEM** ao licitante vencedor.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 18/69

## 20. DA COMUNICAÇÃO COM O FORNECEDOR

**20.1** A convocação da licitante será feita através da emissão e encaminhamento da Ata de Registro de Preços e ordem de fornecimento ou outro termo equivalente, à Adjudicatária.

**20.2** A convocação será realizada preferencialmente via e-mail (informado pela adjudicatária em sua proposta), com aviso de recebimento, acompanhado do anexo contrato ou documento equivalente, para impressão, assinatura e devolução via postal. Através do mesmo endereço eletrônico, a CONTRATANTE enviará as comunicações necessárias durante a vigência contratual.

**20.3** O prazo para assinatura e envio será de até 3 (três) dias úteis, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail, nos termos do art. 90 da lei 14.133/21.

**20.4** A adjudicatária localizada na cidade de Cacoal-RO poderá facultativamente entregar na sede da Prefeitura Municipal de Cacoal, localizada à Avenida Araçatuba (RO 383), S/N, Cacoal-RO, no prazo acima estabelecido.

**20.5** Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa dos documentos por via postal, para assinatura da adjudicatária.

**20.6** As comunicações oficiais referentes à presente contratação poderão ser realizadas através de e-mail corporativo, reputando-se válidas as enviadas em e-mail incluído na proposta ou documentos apresentados pelo contratado.

**20.7** A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

**20.8** Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor. *(§ 2º do art. 90 da Lei n.º 14.133/2021).*

**20.9** Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**20.10** Nos termos do § 4º do art. 90 da Lei n.º 14.133/2021, na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do Item **20.8**, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

> I - convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
>
> II - adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**20.11** A recusa da adjudicatária em assinar a ARP no prazo informado, durante a vigência da proposta, caracteriza-se como inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-a à aplicação de penalidade nos termos deste Edital e legislação vigente. *(§ 5º do art. 90 da Lei n.º 14.133/2021).*

## 21. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP)



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 19/69

**21.1** O Município de Cacoal – RO é **gerenciador** e o **único órgão participante** do presente Registro de Preços.

**21.2** O Município de Cacoal – RO convocará o licitante vencedor para assinar a Ata de Registro de Preços – ARP (minuta no **ANEXO VI** deste Edital).

**21.3** Além do preço do primeiro colocado, poderão ser registrados preços de outros fornecedores, respeitada a ordem de classificação, desde que as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido e devidamente justificado a vantagem, casos em que será exigida a análise da habilitação dos demais licitantes.

**21.4** Também poderão os licitantes reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, não prejudicando o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**21.5** As demais regras de administração e utilização da Ata de Registro de Preços resultante da presente licitação estão definidas na Minuta constante do **Anexo VI** do presente Edital.

**21.6** A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023.

**21.7** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**21.8** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a *50%* dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, conforme inciso I do art. 32 do Decreto Federal N° 11.462/23 art. 86° § 4º da Lei 14.133/21.

**21.9** As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao máximo o *dobro* do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem, conforme inciso II do art. 32 do Decreto Federal N° 11.462 de 31 de março de 2023, art. 86° § 5º da Lei 14.133/21.

**21.10** Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

**21.11** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 20/69

**21.11.1** Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

**21.12** Serão observadas as regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o item 22.6 deste Instrumento (Art. 32° do Decreto Federal 11.462/23);

## 22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**22.1** Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes da aquisição, correrão por conta dos recursos, pela seguinte classificação orçamentária:

| CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA PÚBLICA | |
|---|---|
| ELEMENTO E SUB-ELEMENTO DA DESPESA | 3.3.90.30.00.00<br>3.3.90.32.00.0 |

## 23. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

**23.1** O contratado obriga-se a fornecer o objeto a ele adjudicado, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus anexos, e também na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo no caso de divergência às especificações e condições presentes no Instrumento Convocatório.

**23.2** Quaisquer vantagens apresentadas pelo licitante vencedor em sua proposta de preços, se pertinentes e aceitas pela administração, poderão ser acrescentadas à contratação, passando a constituir-se uma obrigação para o contratado.

**23.3** A execução dos compromissos assumidos pela participação no certame, bem como os casos omissos em edital e contrato, regular-se-ão pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 89, combinado com o inciso III do art. 92, ambos da Lei nº 14.133/2021.

**23.4** Fica vedada a transferência ou cessão do contrato.

**23.5** É vedada a subcontratação total do objeto deste Pregão, sendo a subcontratação parcial possível em casos excepcionais, com prévia anuência da Administração.

**23.6** Constituem-se como cláusulas contratuais, a serem observadas durante a execução do objeto, as obrigações do licitante abordadas neste edital, incluídas aquelas pormenorizadamente descritas nos anexos do Instrumento Convocatório.

**23.7** O Contratado fica obrigado a aceitar alterações no quantitativo previsto em edital, no limite de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, sem que isso implique em alterações de preços contratados, de acordo com o estabelecido no artigo 124 da Lei 14.133/21;

**23.8** Os valores contratados serão fixos e irreajustáveis pelo período de 01 (um) ano, de acordo com a Lei n. 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

## 24. DO REAJUSTE DE PREÇOS CONTRATUAIS

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 21/69

**24.1** Os preços contratados poderão ser reajustados, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, sendo que a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste, utilizando-se a variação do índice **IGP-M** (Índice Geral de Preço de Mercado) da Fundação Getúlio Vargas, acumulado em 12 (doze) meses, com base na seguinte fórmula:

**R = V x I – IO**

Onde:
R = Valor do reajuste procurado;
V = Valor contratual do serviço a ser reajustado;
I = Índice relativo à data do reajuste;
IO = Índice inicial – refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data vinculada à data do orçamento estimado.

**24.2** Caso o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa ser mais utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, ou em sua ausência por acordo entre as partes de novo índice oficial.

**24.3** A data-base será vinculada à data do orçamento estimado conforme previsto no §7º do artigo 25 e do §3º do artigo 92, ambos da Lei n. 14.133/2021.

## 24.4 DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

**24.5** Fica garantido o Reequilíbrio Econômico-Financeiro do contrato em casos de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

**24.6** A Administração deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

## 25. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

**25.1** Para todos os termos da presente contratação considera-se Administrador da ARP a Gerencia de Registro de Preços da Superintendência de Licitações - SUPEL CACOAL.

**25.2** Para todos os termos da presente contratação considera-se Gestor do contrato a Superintendência de Licitações - SUPEL CACOAL, por meio da Gerencia de Registro de Preços ou qualquer outro servidor formalmente designado pela Administração, ao qual compete dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

## 26. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

**26.1** Em conformidade com o artigo 140, inciso II da Lei nº. 14.133/21, o objeto da presente licitação será recebido:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 22/69

I. **Provisoriamente** – para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação, mediante termo de recebimento provisório pelo servidor responsável pelo recebimento, no verso da fatura/nota fiscal ou Termo de Recebimento Provisório; e

II. **Definitivamente** – será efetuado mediante Termo de Recebimento, após a verificação da conformidade/adequação e conseqüente aceitação pelo fiscal do contrato (ou comissão).

**26.2** Em conformidade com o § 1º do art. 140 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, se no recebimento do objeto for constatada sua execução de forma incompleta ou em desacordo com as condições avençadas, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação, nos termos do art. 119 da Lei de licitação.

**26.3** O objeto será rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparado, corrigido ou substituído conforme descrito no Termo de Referência, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Nesse caso, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação.

**26.4** Caso o objeto seja REJEITADO, o termo de recebimento provisório perderá todos os efeitos jurídicos, inclusive o de purgação de eventual mora contratual.

**26.5** Se o particular realizar a substituição, adequação e/ou reparos necessários dentro do prazo estipulado, será recebido provisoriamente pelos agentes acima mencionados e em definitivo, após constatar-se a conformidade em face dos termos pactuados.

**26.6** Caso se verifique que não se mostra possível a adequação do objeto ou que, mesmo depois de concedido prazo para reparações, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral do Contrato, com base no que dispõe o art.155 da Lei n. 14.133/21, bem como a aplicação de penalidades, conforme o disposto no art. 137 da referida Lei, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

**26.7** O pagamento será efetuado de acordo com as quantidades solicitadas, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários.

**26.8** O pagamento será efetuado **de acordo com o Termo de Referência**, ambos contados a partir da apresentação da fatura/nota fiscal.

**26.9** Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

**26.10** A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do Contratante, aos cuidados do fiscal do contrato.

**26.11** Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que o contratado mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

**26.12** Faculta-se à Administração, quando viável, a verificação da manutenção dos requisitos de habilitação do contratado através de consulta em sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões.

**26.13** O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação do Fiscal do Contrato na fatura/nota fiscal e a documentação da empresa estiver regular. Se a fatura/nota



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 23/69

fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades ou ainda se a documentação da empresa estiver irregular, o prazo para o pagamento será interrompido até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias a sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para o Município de Cacoal.

**26.14** Sanadas a irregularidades, o prazo será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pelo contratado.

**26.15** Em caso de eventual atraso de pagamentos, desde que não tenha a contratada contribuído de qualquer forma para sua ocorrência, mediante pedido, deverá incidir sobre o valor devido, atualização financeira a partir do dia posterior ao vencimento até a data do efetivo pagamento, e serão calculados – mediante apresentação de nota fiscal própria – por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso;
I = Índice de compensação financeira

**26.16** O Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:

I. Existência de qualquer débito para com o Contratante; e

II. Execução do objeto em desacordo com as condições contratadas.

**26.17** Fica obrigada a administração pública a efetuar a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil. *(Art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012)*

## 27. DAS PENALIDADES *(Art. 92°, Inciso XIV, Arts. 155° ao 163° da lei 14.133/2021)*

**27.1** As Sanções e Penalidades serão aplicadas ao responsável por infrações administrativas, conforme disposto no Termo de Referência.

## 28. DISPOSIÇÕES FINAIS

**28.1** A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade;

**28.2** A LICITANTE deverá assumir todos os custos de elaboração da proposta, não sendo o Município de Cacoal-RO, em qualquer hipótese, responsável pelos mesmos, independentemente do resultado da licitação;

**28.3** A Administração, a qualquer tempo, antes da data da sessão inaugural, poderá proceder às alterações concernentes a esta licitação, por sua iniciativa, fornecendo o correspondente

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 24/69

adendo a todas as interessadas, sendo-lhe facultado em, sendo o caso, adiar a data do recebimento das documentações e propostas;

**28.4** As omissões porventura existentes neste instrumento convocatório serão sanadas pelo Pregoeiro, responsável pelo certame, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, bem como diretrizes expedidas pelos órgãos que se constituírem fontes de recursos financiadores.

**28.5** A critério do Município de Cacoal-RO está licitação poderá:

**28.5.1** SER ANULADA: Se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado; ou

**28.5.2** SER REVOGADA: A juízo do Município de Cacoal-RO, ser for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamentecomprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; ou

**28.5.3** Ter a data de abertura transferida, por conveniência exclusiva da administração.

**28.6** Será observado, ainda, quanto ao procedimento desta licitação, o seguinte:

**28.6.1** A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação deindenizar; seguindo o disposto na Lei Federal Nº 14.133/21;

**28.6.2** A nulidade do procedimento licitatório induz à do empenho, ressalvado o disposto na condição anterior; e;

**28.6.3** No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**28.7** O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do contrato como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, por quanto prevalecerá o ofertado em lance verbal ou negociado

**28.8** Em casos excepcionais, o Pregoeiro poderá ampliar o prazo de recebimento dos documentos em virtude de não prejudicar o interesse público;

**28.9** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

**28.10** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**28.11** As normas que disciplinam este PREGÃO ELETRÔNICO serão sempre interpretadas em favor da ampliação, da disputa entre interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato;

**28.12** A declaração e a adjudicação da licitante vencedora desta licitação não implicarão direito à contratação ou a obrigatoriedade de ser adquirido o objeto;

**28.13** Para efeito de contratação, aquisição e pagamento prevalecerá, o menor preço escrito, todos devidamente registrados em Ata;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 25/69

**28.14** Havendo conflito de interpretação entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem do Edital, e em seguida o Termo de Referência, a Minuta do Contrato e por último os demais Anexos;

**28.15** Em divergência em relação ao quantitativo, prevalecerá o contido no ANEXO III (Estimativa de Custos);

**28.16** Aos casos omissos aplicam-se as demais condições constantes da Lei Federal nº. 14.133/21;

**28.17** Não havendo expediente na data determinada, ou na ocorrência de qualquer outro fato que impossibilite a realização deste Pregão, a sessão será adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo horário e local, salvo disposição em contrário.

**28.18** Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os autos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.licitanet.com.br**.**

**28.19** Não cabe à LICITANET – Licitações On-line qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

**28.20** Informações complementares poderão ser obtidas no horário das 7h30m às 13h30m (horário local), pelo telefone (69) 3443-8028, ou pelo e-mail: cacoal.pregoeiros@gmail.com. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados nos endereços eletrônicos www.cacoal.ro.gov.br e www.licitanet.com.br.

## 29. ANEXOS

**29.1** Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

**ANEXO I - Termo de Referência;**
*- Anexo I – Modelos e Artes (Disponível para Download)*
**ANEXO II - Condições para Habilitação;**
**ANEXO III - Quadro Estimativa de Custos;**
**ANEXO IV - Modelo de Proposta Comercial;**
**ANEXO V - Modelo de Declaração Conjunta;**
**ANEXO VI - Minuta do Contrato e da Ata de Registro de Preços.**

Cacoal, 29 de Outubro de 2026

Assinado por:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
TONI RODRIGO DIAS BRITO
29/10/2026 14:37:04
https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade?identificador=85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

**TONI RODRIGO DIAS BRITO**
**Pregoeiro(a)**
Port. 011/GABINETE/2026

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 26/69

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

## 1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

- **PROCESSO ELETRÔNICO Nº9936/2026**

## 2. INTRODUÇÃO

**2.1.** O presente documento foi elaborado com base em estudo prévio de viabilidade técnica e econômica das alternativas de contratação, reunindo os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para a clara definição do objeto, possibilitando a adequada estimativa de custos e o delineamento das condições de execução.

**1.1.** Este Termo de Referência fundamenta-se nas disposições da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e do Decreto Municipal nº 9.592/PMC/2024, que a regulamenta no âmbito do Município, com a finalidade de instruir procedimento licitatório destinado a formar registro de preço para futura e eventual **Contratação de empresa especializada para fornecimento camisetas personalizadas, e outros** destinados às ações institucionais promovidas pelas Secretarias Municipais, conforme especificações contidas neste termo de referência.

## 3. UNIDADES REQUISITANTES

- SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO – SEMAST
- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMUSA;
- SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA-SEMFAZ
- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. ECONÔMICO E INOVAÇÃO-SEMDEC;
- SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE-SEMMA
- MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACOAL-AMEC

## 4. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO A CONTRATAÇÃO

**4.1.** Os elementos normativos que regularão o presente prospecto seguirão destrinchados nos parágrafos subsecutivos:

- **LEI Nº 14.133/2021** – LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS;
- **DECRETO MUNICIPAL Nº 9.592/PMC/2023** – REGULAMENTA A LEI DE LICITAÇÕES CONTRATOS EM ÂMBITO MUNICIPAL;
- **LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006** - INSTITUI O ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº147/2014;
- **LEI Nº3.696/PMC/2016** – DISPÕE DO TRATAMENTO FAVORECIDO E SIMPLIFICADO PARA AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NAS LICITAÇÕES NO ÂMBITO MUNICIPAL, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 4.350/PMC/2019;
- **LEI Nº 13.709/2018** - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD;
- **LEI Nº 8.078/1990** - DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- INSTRUÇÃO NORMATIVA N°005/2024/PMC - REGULAMENTA A INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICIPIO DE CACOAL, CONFORME DISPOSTO NO ARTIGO 167 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 9.592 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023, NO ÂMBITO DA SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES DE CACOAL;
- INSTRUÇÃO NORMATIVA N°006/2024/PMC - DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA, NO ÂMBITO DA PREFEITURA DE CACOAL, FUNDOS E AUTARQUIAS

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 27/69

- INSTRUÇÃO NORMATIVA 007/CGM/2024 REGULAMENTA NO ÂMBITO DA PREFEITURA DE CACOAL, FUNDOS E AUTARQUIAS, O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP
- INSTRUÇÃO NORMATIVA N°65 DE 07 DE JULHO DE 2021
- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73 DEE 30 DE SETEMBRO DE 2022.

## 5. DO OBJETO E OBJETIVO

### 5.1. DO OBJETO:

**1.2.** Registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada para fornecimento de camisetas personalizadas, e outros entre camisetas e correlatos destinadas às ações institucionais promovidas pelas Secretarias Municipais, conforme especificações contidas neste termo de referência.

### 5.2. DO OBJETIVO:

**5.2.1.** A contratação tem como objetivo disponibilizar **meios de identificação visual e contribuir para a divulgação das ações institucionais** do Município, mediante o fornecimento de camisetas e demais vestimentas personalizadas, possibilitando a identificação rápida das equipes e ampliando a visibilidade das ações, campanhas, programas, projetos e eventos desenvolvidos ou apoiados pela Administração Municipal.

## 6. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA E JUSTIFICATIVA DA FINALIDADE PÚBLICA

### 6.1. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE:

6.1.1. A presente demanda destina-se ao levantamento das necessidades para a contratação de empresa especializada no fornecimento de **camisetas e demais itens correlatos personalizadas**, visando atender às ações, campanhas, eventos, projetos e demais atividades institucionais desenvolvidas pelas unidades administrativas da Prefeitura conforme previsão do calendário de eventos constante nesse termo de referência.

6.1.2. A utilização desses materiais contribui para a identificação visual das equipes e dos participantes, fortalece a identidade institucional, promove maior organização das atividades, amplia a visibilidade das ações desenvolvidas pelo Município e proporciona sentimento de pertencimento aos usuários dos serviços socioassistenciais.

6.1.3. A aquisição de camisetas e batas destinadas ao atendimento das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAST justifica-se pela necessidade de garantir a padronização visual, a identificação dos participantes e o fortalecimento da identidade institucional nos programas, projetos, serviços, campanhas e eventos promovidos pela Secretaria.

6.1.4. Os **coletes institucionais** serão utilizados pelos servidores em atividades externas, tais como visitas domiciliares, busca ativa, acompanhamento socioassistencial, ações comunitárias, campanhas, mutirões, fiscalizações, cadastramentos e abordagens sociais, no âmbito do **SUAS**, abrangendo os equipamentos, serviços, programas e projetos da Secretaria, como CRAS, CREAS, Cadastro Único, Programa Bolsa Família, Primeira Infância no SUAS, Conselho Tutelar, Casa da Mulher, Casa dos Conselhos, Casa de Acolhida Pingo de Gente e demais ações socioassistenciais. Sua utilização permitirá a **identificação dos servidores**, contribuindo para a segurança e a confiança dos usuários, especialmente durante as atividades realizadas em campo, além de proporcionar maior praticidade para o transporte de documentos, formulários, equipamentos eletrônicos e demais materiais necessários às atividades.

6.1.5. A padronização do vestuário também contribui para a valorização dos servidores, fortalece a identidade visual da Secretaria e promove maior organização e uniformidade nas ações desenvolvidas junto à comunidade.

6.1.6. Ressalta-se que não existem dados históricos de consumo ou aquisições anteriores, tendo em vista que esta será a primeira aquisição de coletes institucionais pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho – SEMAST.

6.1.7. Assim, não há série histórica que possibilite a elaboração da memória de cálculo com base em exercícios anteriores.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 28/69

6.1.8. Dessa forma, o quantitativo estimado foi definido com base no levantamento realizado junto às coordenações, diretorias e unidades administrativas da Secretaria, considerando o número de servidores que desempenham atividades externas e a necessidade de disponibilização de um colete para cada profissional que atua diretamente nos serviços socioassistenciais, garantindo o atendimento da demanda atual e a padronização da identificação institucional.
6.1.9. Assim, a aquisição mostra-se necessária e plenamente justificada, atendendo aos princípios da eficiência, da segurança, da identificação funcional e do interesse público, proporcionando melhores condições para a execução das políticas públicas de assistência social desenvolvidas pelo Município.
6.1.10. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, por meio do Setor de Educação Ambiental, desenvolve campanhas de conscientização voltadas à ampliação da coleta seletiva e à prevenção das queimadas, faz-se necessária a utilização de camisetas personalizadas para identificação das equipes durante as ações educativas. Essas campanhas são realizadas nas escolas municipais e estaduais, em empresas e em outros locais do Município de Cacoal, com o objetivo de sensibilizar a população sobre a importância da preservação, conservação e sustentabilidade ambiental. Durante as campanhas educativas também são realizados sorteios de camisetas personalizadas entre os participantes, como forma de incentivar a participação da comunidade e fortalecer as ações de educação ambiental. Ressalta se que essas iniciativas contribuem para a formação de cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com a adoção de práticas ambientalmente responsáveis Considerando a importância de tornar a prática de separação de material reciclável uma constância em toda a cidade de Cacoal-RO, contribuindo para a melhoria do meio ambiente, benefícios sociais, geração de emprego e redução dos gastos públicos, reduzindo assim a destinação dos resíduos depositados no aterro sanitário deste município
6.1.11. Ressalta-se que as camisetas serão destinadas ao atendimento das demandas das Secretarias de **Saúde, Educação, Esporte e Turismo,** sendo utilizadas em campanhas, ações institucionais e educativas, atividades de promoção à saúde, eventos esportivos, ações de incentivo ao turismo e demais eventos previstos no calendário oficial de ações do Município.
6.1.12. A utilização das camisetas tem por finalidade proporcionar a identificação dos servidores, colaboradores e participantes envolvidos nas atividades promovidas pelo Poder Público Municipal, bem como contribuir para a divulgação e o fortalecimento das campanhas, programas, projetos e ações desenvolvidos pelas respectivas Secretarias, conforme o calendário de eventos e atividades previamente estabelecidos.

**6.2. DA PREVISÃO DOS EVENTOS**

| | | |
|---|---|---|
| SEMAST | Abril azul- | Campanha de Conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) |
| | Maio laranja | Campanha de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes |
| | Junho violeta | Campanha de Conscientização e Combate à Violência Contra a Pessoa Idosa; |
| | Agosto verde | Campanha de Valorização e Promoção da Primeira Infância; |
| | Agosto lilás | Campanha de Enfrentamento e Combate à Violência Contra a Mulher; |
| | Setembro amarelo | Campanha de Valorização da Vida e Prevenção ao Suicídio. |
| | Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV; | Programa socioeducativo da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que oferta atividades em grupo para prevenir situações de risco social e fortalecer os laços familiares e comunitários. |
| SEMMA | Campanhas educativas, ações de educação | Por meio do Setor de Educação Ambiental, desenvolve campanhas de conscientização |

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 29/69

| | | |
|---|---|---|
| | ambiental, eventos, demais projetos e atividades institucionais | voltadas à ampliação da coleta seletiva e à prevenção das queimadas |
| SEMUSA | Junho,setembro | Multivacinação nas escolas |
| | Outubro,dezembro | Vacinação influenza |
| | tuberculose | Setembro, novembro |
| | Hasieniase | Julho, a outubro |
| | Junho,dezembro | Testagem rapida-hepatites B,C,HIV e sífilis |
| | julho | Campanhas hepatites virais |
| | outubro | Campanha sifilis |
| | Maio dezembro | Campanha HIV |
| | junho | Conferência municipal de saúde(CMS) |
| SEMDEC | Cafécau 2027 | Cafecau |
| | 2027 | Festival de pesca |
| | 2027 | Torneio de pesca |
| | 2027 | Rota da justiça |
| | 2027 | Ações da sala do empreendedor (semana mei, feira do empreendedor, integra 2027) |
| | 2027 | Contrata Brasil |
| | 2027 | Nosso Alimento, É da Roça |
| AMEC | Junho/2027 | Cafecau |
| | Agosto/ 2027 | Rota da justiça |
| | Novembro/2027 | Corre Cacoal |
| SEMFAZ | 2027 | A aquisição visa atender, especialmente, às campanhas Cacoal Resolve, Institucional da Prefeitura (eventos gerais), IPTU Premiado, Programa de Incentivo Fiscal, Sua Nota Tem Valor, bem como a projetos, ações institucionais e eventos que venham a ser criados ou demandados. |

**6.3. JUSTIFICATIVA DA FINALIDADE PÚBLICA:**

**2.1.1.** A finalidade pública da presente demanda consiste em fortalecer a execução, a divulgação e o alcance das políticas públicas municipais desenvolvidas pelas Secretarias de Saúde, Educação e Assistência Social, proporcionando melhores condições para que as ações governamentais sejam reconhecidas pela população e realizadas de forma organizada e eficiente.

**2.1.2.** A adoção de uma solução que permita a identificação institucional das equipes envolvidas nas campanhas, eventos e ações públicas contribuirá para aproximar a Administração Municipal dos cidadãos, facilitar a comunicação das iniciativas promovidas pelo Poder Público, ampliar a visibilidade dos programas e serviços ofertados e fortalecer a participação da comunidade nas ações de interesse coletivo.

**2.1.3.** Dessa forma, busca-se garantir maior efetividade na implementação das políticas públicas municipais, assegurando que as ações desenvolvidas pelas Secretarias alcancem seus objetivos sociais e contribuam para a melhoria da prestação dos serviços públicos à população.

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**7.1.** A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 8. PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

**8.1.** De acordo com o art.40 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, optar pelo parcelamento da solução sempre que viável e economicamente vantajoso para a administração devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que verificado não haver

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 30/69

prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando a ampla participação de licitantes.

**8.2.** Quanto às camisetas e demais itens correlatos destinados à utilização em campanhas, eventos e ações institucionais, não será adotado o parcelamento do objeto, considerando a necessidade de manutenção da padronização e da identidade visual das peças. A contratação de forma conjunta em **LOTE** possibilitará a uniformidade de cores, modelos, materiais, estampas e demais elementos visuais, evitando divergências que possam comprometer a identificação das campanhas, eventos e ações promovidas pelo Município.

**8.3.** agrupamento desses itens mostra-se, portanto, tecnicamente justificável, uma vez que a padronização da identidade visual constitui característica essencial para a adequada execução do objeto, além de favorecer a uniformidade das peças destinadas aos participantes das respectivas ações e eventos.

**8.4.** Quanto aos coletes, por se tratarem de peças destinadas à utilização como uniforme, com características e especificações próprias, e considerando que serão utilizados em situações e atividades distintas, não se identifica risco de perda de identidade visual ou de padronização decorrente da contratação por item**.**

**8.5.** Dessa forma, os coletes não integrarão o referido lote, sendo licitados separadamente, por ITEM, de modo a ampliar a competitividade do certame e possibilitar a participação de maior número de fornecedores, sem prejuízo do atendimento às especificações e aos padrões de qualidade estabelecidos pela Administração.

## 9. QUADRO RESUMO, METODOLOGIA DE PESQUISA DE PREÇOS ADOTADA E POSICIONAMENTO CONCLUSIVO QUANTO AO CUSTO TOTAL ESTIMADO

| | LOTE 01 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Ord | Especificação | Unid | Qnt | Valor Máx. Unit. (R$) | Valor Máx. Total (R$) |
| 1 | CAMISETA ADULTO PERSONALIZADAS COM O LOGOTIPO E/OU TEXTO COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: CAMISETAS BÁSICA PARA ADULTO DE MANGA CURTA, 100% ALGODÃO, FIO 32 X 1 PENTEADO, GOLA REDONDA COM RIBANA 97% ALGODÃO E 3% ELASTANO, COM COSTURAS DUPLAS, COR BRANCA, MODELO BÁSICA; TAMANHOS: PP AO GG IMPRESSÃO EM SERIGRAFIA (SILK SCREEN); ANEXO ARTE, IMAGEM ILUSTRATIVA ARTE DEFINITIVA SERÁ POR CONTA DA CONTRATADA | UN | 8.390 | 56,67 | 475.461,30 |
| 2 | CAMISETA ADULTO PERSONALIZADAS COM O LOGOTIPO E/OU TEXTO COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: CAMISETAS BÁSICA PARA ADULTO DE MANGA CURTA, 100% ALGODÃO, FIO 32 X 1 PENTEADO, GOLA REDONDA COM RIBANA 97% ALGODÃO E 3% ELASTANO, COM COSTURAS DUPLAS, COR BRANCA, MODELO BÁSICA; TAMANHOS: DO XG AO G3 IMPRESSÃO EM SERIGRAFIA (SILK SCREEN); ANEXO ARTE, IMAGEM ILUSTRATIVA ARTE DEFINITIVA SERÁ POR CONTA DA CONTRATADA | UN | 589 | 56,67 | 33.378,63 |
| 3 | CAMISETA ADULTO PERSONALIZADAS COM O LOGOTIPO E/OU TEXTO COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: CAMISETAS BÁSICA PARA ADULTO DE MANGA CURTA, 100% ALGODÃO, | UN | 4.224 | 56,67 | 239.374,08 |

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 31/69

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | FIO 32 X 1 PENTEADO, GOLA REDONDA COM RIBANA 97% ALGODÃO E 3% ELASTANO, COM COSTURAS DUPLAS, CORES VARIADAS INCLUIDO LARANJA, AZUL CLARO, VERDE CLARO,AMARELO,LILÁS,VILOLETA,CINZA,PRETA MODELO BÁSICA; TAMANHOS: PP AO GG IMPRESSÃO EM SERIGRAFIA (SILK SCREEN); ANEXO ARTE, IMAGEM ILUSTRATIVA ARTE DEFINITIVA SERÁ POR CONTA DA CONTRATADA | | | | |
| 4 | CAMISETA ADULTO PERSONALIZADAS COM O LOGOTIPO E/OU TEXTO COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: CAMISETAS BÁSICA PARA ADULTO DE MANGA CURTA, 100% ALGODÃO, FIO 32 X 1 PENTEADO, GOLA REDONDA COM RIBANA 97% ALGODÃO E 3% ELASTANO, COM COSTURAS DUPLAS, COR VARIADAS INCLUIDO LARANJA, AZUL CLARO, VERDE CLARO,AMARELO,LILÁS,VILOLETA,CINZA,PRETA MODELO BÁSICA; TAMANHOS: DO XG AO G3 IMPRESSÃO EM SERIGRAFIA (SILK SCREEN); ANEXA ARTE, IMAGEM ILUSTRATIVA ARTE DEFINITIVA SERÁ POR CONTA DA CONTRATADA | UN | 560 | 56,67 | 31.735,20 |
| 5 | BATA PARA CORAL, CONFECCIONADA EM TECIDO LEVE, CONFORTÁVEL E NÃO TRANSPARENTE DESTINADA AO PÚBLICO IDOSO DEVERÁ ATENDER ÀS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: TECIDO: MALHA FRIA; COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER; GRAMATURA: 120 G/M²; MODELAGEM: AMPLA, CAIMENTO LEVE PROPORCIONANDO CONFORTO E LIBERDADE DE MOVIMENTOS; GOLA: REDONDA; MANGAS: 3/4; COMPRIMENTO: ATÉ O JOELHO; ACABAMENTO: COSTURAS REFORÇADAS COR: AZUL-MARINHO; PERSONALIZAÇÃO: BORDADO COM O NOME DA INSTITUIÇÃO; TAMANHOS: P, M, G, GG E EXG. | UN | 148 | 102,00 | 15.096,00 |
| 6 | BATA PARA CORAL, CONFECCIONADA EM TECIDO LEVE, CONFORTÁVEL E NÃO TRANSPARENTE DESTINADA AO PÚBLICO INFANTIL DEVERÁ ATENDER ÀS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: TECIDO: MALHA FRIA; COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER; GRAMATURA: 120 G/M²; MODELAGEM: AMPLA, CAIMENTO LEVE PROPORCIONANDO CONFORTO E LIBERDADE DE MOVIMENTOS; GOLA: REDONDA; MANGAS: 3/4; COMPRIMENTO: LONGO ACABAMENTO: COSTURAS REFORÇADAS COR: AZUL-CLARO PERSONALIZAÇÃO: BORDADO COM O NOME DA INSTITUIÇÃO; TAMANHOS: P AO G ANEXO ARTE, IMAGEM ILUSTRATIVA ARTE DEFINITIVA SERÁ POR CONTA DA CONTRATADA | UN | 120 | 100,67 | 12.080,40 |
| 7 | CAMISETA PARA ADULTO; CONFECCIONADA EM MALHA DRY FIT 100% POLIÉSTER MANGA CURTA; GOLA REDONDA ACABAMENTO EM VIÉS NA GOLA E MANGAS COSTURAS REFORÇADAS, CORES VARIADAS, | UN | 100 | 60,54 | 6.054,00 |

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 32/69

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | PERSONALIZAÇÃO POR SUBLIMAÇÃO COLORIDA, APLICADA NA FRENTE E NAS COSTAS; LOGOMARCA PROPORCIONAL AO TAMANHO DA PEÇA, TAMANHOS VARIADOS: P, M, G ANEXO ARTE, IMAGEM ILUSTRATIVA ARTE DEFINITIVA SERÁ POR CONTA DA CONTRATADA | | | | |
| 8 | CAMISETA ADULTO PERSONALIZADAS ESPORTIVAS COM O LOGOTIPO E/OU TEXTO, CORES VARIADAS COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: MALHA TRAIL 98% POL. 2% ELAST. 100 GR. TAMANHOS PP AO XGG. ANEXO ARTE, IMAGEM ILUSTRATIVA ARTE DEFINITIVA SERÁ POR CONTA DA CONTRATADA | UN | 2.700 | 60,54 | 163.458,00 |
| 9 | CAMISETAS PERSONALIZADAS ESPORTIVAS COM O LOGOTIPO E/OU TEXTO, CORES VARIADAS COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: MALHA TRAIL 98% POL. 2% ELAST. 100 GR. TAMANHOS 02 AO 14 ANOS ANEXO ARTE, IMAGEM ILUSTRATIVA ARTE DEFINITIVA SERÁ POR CONTA DA CONTRATADA | UN | 300 | 39,92 | 11.976,00 |
| 10 | CAMISETA INFANTIL PERSONALIZADAS COM O LOGOTIPO E/OU TEXTO COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: CAMISETAS DE MANGA CURTA, 100% ALGODÃO, FIO 32 X 1 PENTEADO GRAMATURA MÍNIMA DE 160,0 G/M², GOLA REDONDA COM RIBANA 97% ALGODÃO E 3% ELASTANO, COM COSTURAS DUPLAS, COR BRANCA, MODELO BÁSICA; TAMANHOS: 02 AO 10 IMPRESSÃO EM SERIGRAFIA (SILK SCREEN); ANEXO ARTE, IMAGEM ILUSTRATIVA ARTE DEFINITIVA SERÁ POR CONTA DA CONTRATADA | UN | 200 | 39,92 | 7.984,00 |
| 11 | CAMISETA JUVENIL PERSONALIZADAS COM O LOGOTIPO E/OU TEXTO COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: CAMISETAS DE MANGA CURTA, 100% ALGODÃO, FIO 32 X 1 PENTEADO GRAMATURA MÍNIMA DE 160,0 G/M², GOLA REDONDA COM RIBANA 97% ALGODÃO E 3% ELASTANO, COM COSTURAS DUPLAS, COR BRANCA, MODELO BÁSICA; TAMANHOS: 12 A 16 IMPRESSÃO EM SERIGRAFIA (SILK SCREEN); ANEXO ARTE, IMAGEM ILUSTRATIVA ARTE DEFINITIVA SERÁ POR CONTA DA CONTRATADA | UN | 200 | 39,92 | 7.984,00 |
| | LOTE 02 | | | | |
| 12 | COLETE INSTITUCIONAL DESTINADO À IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO – SEMAST. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CONFECCIONADO EM TECIDO BRIM PROFISSIONAL, COMPOSIÇÃO MÍNIMA DE 65% POLIÉSTER E 35% ALGODÃO, GRAMATURA MÍNIMA DE 220 G/M², RESISTENTE AO DESGASTE, RASGOS E LAVAGENS FREQUENTES. COR | UN | 92 | 174,92 | 16.092,64 |

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 33/69

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | PREDOMINANTE VERDE, COM ACABAMENTO EM VIÉS NA MESMA COR OU EM COR INSTITUCIONAL. MODELO UNISSEX. GOLA TIPO PADRE OU GOLA V. FECHAMENTO FRONTAL POR ZÍPER REFORÇADO DE NYLON DE ALTA RESISTÊNCIA. COSTURAS DUPLAS REFORÇADAS EM TODA A PEÇA. LATERAIS COM AJUSTE POR ELÁSTICO OU REGULAGEM, PROPORCIONANDO MELHOR ADAPTAÇÃO AO CORPO. MÍNIMO DE 06 BOLSOS FUNCIONAIS, SENDO: 02 BOLSOS SUPERIORES COM LAPELA E FECHAMENTO EM VELCRO; 02 BOLSOS INFERIORES AMPLOS COM LAPELA E FECHAMENTO EM VELCRO; 02 BOLSOS AUXILIARES PARA CANETAS, BLOCO DE ANOTAÇÕES OU CELULAR. FAIXA REFLETIVA HORIZONTAL NA PARTE FRONTAL E TRASEIRA, COM LARGURA MÍNIMA DE 05 CM (QUANDO EXIGIDO PARA ATIVIDADES EXTERNAS). BORDADO DE ALTA QUALIDADE OU IMPRESSÃO EM SILK SCREEN DE ALTA DURABILIDADE. PERSONALIZAÇÃO FRENTE (LADO ESQUERDO): BRASÃO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL. FRENTE (LADO DIREITO): LOGOMARCA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO – SEMAST. COSTAS: INSCRIÇÃO CENTRALIZADA: ASSISTÊNCIA SOCIAL ABAIXO: SEMAST SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO ACABAMENTO BAINHA REFORÇADA. LINHA DE COSTURA EM POLIÉSTER DE ALTA RESISTÊNCIA. BORDADOS SEM FALHAS OU DESFIAMENTOS. ZÍPER RESISTENTE E DE FÁCIL ACIONAMENTO. NÃO APRESENTAR MANCHAS, DEFEITOS DE FABRICAÇÃO OU DEFORMIDADES. TAMANHO P AO XGG ANEXO ARTE, IMAGEM ILUSTRATIVA ARTE DEFINITIVA SERÁ POR CONTA DA CONTRATADA | | | | |

**9.1. DETALHAMENTO QUANTO A METODOLOGIA DE PESQUISA DE PREÇOS E CONCLUSÃO DO CUSTO TOTAL ESTIMADO:**

9.1.1. **DA METODOLOGIA DE PESQUISA DE PREÇOS**

9.1.1.1. O procedimento de pesquisa e formação da estimativa de preços observou os parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa nº 65/2021, de 07 de julho de 2021, a qual dispõe sobre os critérios e metodologias para a obtenção de preços de referência nas contratações públicas no âmbito da Administração Pública.

9.1.1.1. A metodologia adotada para o levantamento de mercado baseou-se na utilização de pesquisa de preços junto ao Banco de Preços, com o objetivo de identificar valores praticados em contratações públicas similares. Para ampliar a base de referências e obter parâmetros adicionais para a estimativa da contratação, foram realizadas consultas diretas a fornecedores locais que atuam no ramo de atividade compatível com o objeto, por meio de contatos telefônicos e correio eletrônico. Contudo, nem todos os fornecedores consultados se prontificaram a encaminhar as informações solicitadas ou a participar da pesquisa de preços. Diante disso, foram considerados os dados efetivamente obtidos nas fontes consultadas, buscando-se assegurar maior representatividade e razoabilidade na composição do valor estimado.

9.1.1.2. A adoção dessas fontes teve como objetivo ampliar a base de referências de mercado, possibilitando parâmetros para a formação do valor estimado da contratação, em conformidade

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 34/69

com o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.
9.1.1.3. Tal procedimento confere maior robustez, confiabilidade e representatividade aos preços levantados, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade, bem como aos parâmetros previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 para a estimativa do valor da contratação.
9.1.1.4. O valor estimado perfaz o montante de **R$1.020.674,25 (um milhão e vinte mil e seiscentos e setenta e quatro reais e vinte cinco centavos).** Sendo que este valor constitui-se em mera previsão dimensionada, não estando a Administração Pública obrigada a realizá-la em sua totalidade, não cabendo à licitante vencedora o direito de pleitear qualquer tipo de reparação ou compensação pelo não consumo total do valor registrado.
9.1.1.5. O objeto demandado não se amolda aos artigos de luxo, nos termos contidos no art.20 da Lei nº 14.133/21.

**9.1.1.6. As artes ilustrativas que servirão de referência e parâmetro para a fabricação dos itens encontram-se disponível no ANEXO I deste Termo de Referência**.

### 9.2. HISTÓRICO/MEMÓRIA DE CONSUMO:

9.2.1. Verifica-se que, nos últimos 02 (dois) anos, não foram identificados registros de contratação do objeto pretendido que contemplassem, de forma conjunta as demandas de todas as Secretarias requisitantes integrantes da Administração Pública Municipal para atender um período de 12 meses
9.2.2. Registra-se, ainda, que o **último processo destinado à contratação de itens personalizados, Processo nº12462/2025, foi revogado em razão da identificação de vícios no procedimento**, não tendo resultado na contratação pretendida. Diante da necessidade atualmente identificada e da inexistência de contratação que atenda de forma conjunta às demandas das Secretarias, mostra-se pertinente a instauração de **novo procedimento de contratação**, com a observância das medidas necessárias à adequada instrução processual e ao atendimento do interesse público.

| QUADRO RESUMO - HISTÓRICO/MÉMORIA DE CONSUMO | | |
|---|---|---|
| CAMISETAS, REGUAS, COPOS, SACOLAS, LIXO CAR E CRACHÁS-SEMMA E SEMAST | 2025 | PE Nº 17/2025<br>R$ 35.067,40 |
| UNIFORMES E CAMISETAS PROMOCIONAIS-SEMUSA, SEMOSP, SEMFAZ E SEMAST | 2023 | PE Nº 27/2023<br>R$ 69.512,00 |
| AQUISIÇÃO DE CAMISETAS-SEMUSA | 2023 | PE Nº 81/2023<br>R$ 4.876,00 |
| REGISTRO DE PREÇOS DE JALECOS E CAMISETAS PERSONALIZADAS -SEMUSA | 2023 | PE Nº 96/2023<br>R$ 129.228,86 |
| CAMISETAS ADESÃO AMEC | 2025 | Nº 126/2025<br>R$ 3.150,00 |

## 10. REQUISITOS LEGAIS, NORMATIVOS E TÉCNICOS APLICÁVEIS AO OBJETO

### 10.1. REQUISITOS LEGAIS NORMATIVOS

10.1.1. Os procedimentos relativos à presente contratação deverão observar as disposições estabelecidas na **Lei Federal nº 14.133/2021**, que dispõe sobre licitações e contratos administrativos, bem como no **Decreto Municipal nº 9.592/PMC/2023**, que regulamenta a aplicação da referida legislação no âmbito do Município, além das demais normas aplicáveis à matéria.
10.1.2. A garantia dos produtos fornecidos deverá observar as obrigações previstas na **Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.**

### 10.2. REQUISITOS TÉCNICOS

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 35/69

10.2.1. Os produtos deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas pelas secretarias requisitantes, incluindo características de fabricação, composição, qualidade, acabamento, personalização e demais condições necessárias ao adequado cumprimento da finalidade pública pretendida.

## 11. ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, ABERTURA DO PROCEDIMENTO PARA PARTICIPANTES, VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

### 11.1. ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:

11.1.1. De modo geral, é um procedimento licitatório que serve para registrar os preços de fornecedores para compras futuras do poder público. Trata-se de uma maneira de seguir o princípio da economicidade, já que o uso desse sistema propicia à administração ganho econômico nas compras públicas em escala, uma vez que os licitantes tendem a ofertar melhores preços e diminuírem suas margens de lucro, a depender do quantitativo a ser registrado pela Administração.

11.1.2. Ademais, a escolha pelo Sistema de Registro de Preços poderá viabilizar a participação de outros órgãos interessados em aderir na origem, através da Intenção de Registro de Preços, podendo elevar ainda mais o quantitativo da licitação.

Marçal Justen Filho, comentando o tema, assevera que:

> *"O sistema de Registro de Preços (SRP) é uma das mais úteis e interessantes alternativas de gestão de contratações colocada à disposição da Administração Pública. (...) A sistemática do registro de preços possibilita uma atuação rápida e imediata da Administração Pública, com observância ao princípio da isonomia e garantindo a persecução objetiva da contratação mais vantajosa."*

11.1.3. O procedimento de registro de preços tem vistas a reduzir os custos procedimentais da aquisição, por meio da racionalização da aquisição. Salutar, neste momento, renovar a consulta à sede doutrinária, quando expressa.

> *"Consiste em procedimento especial a ser adotado que agiliza as aquisições na Administração Pública, permitindo que as contratações sejam realizadas com maior celeridade e eficiência, em conformidade com as necessidades da Administração e as contingências da realidade contemporânea, mediante a redução de etapas e formalidades desnecessárias."*

11.1.4. A licitação, nesse caso, destina-se a selecionar fornecedor e proposta para contratações não específicas, seriadas, que poderão ser realizadas durante certo período, por repetidas vezes, quantas vezes a administração o desejar.

11.1.5. Dentre os diversos argumentos que justificam a adoção dessa estratégia de compras, ressalta-se a redução do esforço administrativo para a realização de diversos processos licitatórios, sendo que a execução conjunta culmina em um único certame. Tal fato implica, diretamente, redução dos custos operacionais da Administração e na redução dos custos operacionais dos sistemas de controle da administração, sem prejuízo dos ditames do ordenamento acerca das contratações públicas.

11.1.6. Além disso, cumpre propor menção especial ao ganho de economia de escala, que retorna em economia de recursos para os cofres públicos. Ao prospectar grandes volumes licitados, a Administração Pública amplia seu poder de compra junto aos fornecedores e conseguem reduções consideráveis de preços, fato que certamente não ocorreria se o certamente fosse de forma isolada.

11.1.7. Na Administração Pública, o Registro de Preços é utilizado de forma preferencial em relação ao rito tradicional das contratações, quando:

**I.** Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes, com maior celeridade e transparência;

**II.** Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 36/69

**III.** Quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade;
**IV.** Quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração;
11.1.8. No presente caso, a aquisição dos objetos em questão relaciona-se com a possibilidade de atendimento as diversas unidades administrativas (inciso III), ensejando várias contratações, ocasionada pela necessidade de contratações frequentes (inciso I), o que, se não fosse por meio do sistema de registro de preços demonstraria ineficiência na eleição da forma de contratação em afronta ao princípio da eficiência.

**11.2. ABERTURA DO PROCEDIMENTO PARA PARTICIPANTES (IRP):**
11.2.1. Em conformidade com as disposições estabelecidas nas IN nº 005/PMC/2024 e IN nº 007/PMC/2024, fundamenta-se a publicação da Intenção de Registro de Preços (IRP), restrita exclusivamente aos órgãos e entidades da Administração Pública no âmbito do Município de Cacoal, conforme devidamente publicado no Diário Oficial do Município.
11.2.2. Diante do exposto, não havendo manifestação de interesse na participação ou integração ao certame, este prosseguirá sem a adesão de outros partícipes.

**11.3. VIGÊNCIA:**
11.3.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, contado a partir da data de publicação de seu extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em observância aos princípios da publicidade e da transparência, admitida a sua prorrogação por igual período, desde que devidamente comprovada, mediante justificativa formal e análise comparativa de mercado, a manutenção da vantajosidade dos preços registrados e a adequação às condições inicialmente pactuadas, devidamente atestadas pela Administração.

**11.4. PRORROGAÇÃO:**
11.4.1. Cumpre destacar que a prorrogação supracitada deverá observar os termos consignados no Parecer nº 75/2024/CGU/AGU, cujo entendimento admite a renovação simultânea do prazo de vigência e dos quantitativos registrados, desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:
**a)** Comprovação, mediante análise técnica e pesquisa de mercado, da manutenção da vantajosidade dos preços registrados;
**b)** Existência de previsão expressa no edital e na respectiva Ata de Registro de Preços;
**c)** Prévia consideração da possibilidade de prorrogação no planejamento da contratação; e
**d)** Formalização da prorrogação dentro do período de vigência da Ata de Registro de Preços.

**11.5. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES:**
11.5.1. Dentre as disposições estabelecidas no Decreto Municipal **nº. 9.592/2023,** quanto a utilização da ata de Registro de preços por órgãos ou entidades não participante, segue as disposições:

> Art. 188. Durante a vigência da ata de Registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de Registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
>
> § 1º As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o caput deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 37/69

ata de Registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
§ 2º O quantitativo decorrente das adesões à ata de Registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item Registrado na ata de Registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
§ 3º Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de Registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.
§ 4º O órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
Art. 189. É permitida, mediante ato do secretário do órgão ou entidade municipal que demonstre a necessidade e a vantagem econômica, a adesão a atas de Registro de preços gerenciadas pela Administração Pública de outros municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União.

## 12. INDICAÇÃO DE VINCULAÇÃO OU DEPENDÊNCIA COM OUTROS PROCESSOS

**12.1. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:**

12.1.1. Registre-se que, após análise das condições administrativas, operacionais e estruturais envolvidas, não foram identificadas providências prévias indispensáveis à implementação da solução pretendida. Verifica-se que a Administração dispõe dos meios necessários e suficientes para o imediato prosseguimento dos procedimentos cabíveis, inexistindo condicionantes que demandem adequações preliminares específicas.

**12.2. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES:**

12.2.1. Após a análise do contexto administrativo e do objeto pretendido, foram identificadas possíveis contratações correlatas relacionadas à realização de eventos e demais ações institucionais promovidas pela Administração Pública Municipal.

12.2.2. Tais contratações possuem relação com o objeto da presente contratação, por contribuírem para a execução e divulgação das ações institucionais. Contudo, não possuem caráter interdependente, uma vez que não constituem condição indispensável para a execução da solução pretendida, a qual poderá ser implementada de forma autônoma e independente

## 13. DA FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

**13.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento adotado o de maior desconto ou Menor Preço, **POR ITEM E POR LOTE** com fundamento na Lei nº 14.133/2021, em decorrência do atendimento das especificações do objeto e das regras do certame.

## 14. TRATAMENTO DIFERENCIADO, FAVORECIDO E SIMPLIFICADO PARA AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, MICROEMPRESA E MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

**14.1.** Aplica-se no que couber os ditames previstos na Lei 123/2006, assim como na Lei 147/2014 Federal e em especial na Lei nº 3.696/PMC/2016 Municipal, e Decreto Municipal n°9.592/2023 no que diz respeito ao tratamento diferenciado, favorecido e simplificado para as ME, EPP e MEI.

**14.2.** A forma de aplicação do tratamento diferenciado, favorecido e simplificado para as ME, EPP e MEI, no âmbito do Municipal e Regional é regida pelo que segue:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 38/69

a) Os itens que na sua composição de preços apresentam valores iguais ou inferiores a R$ - 80.000,00 (oitenta mil reais) são de participação exclusiva das ME, EPP e MEI, conforme estabelecido no Art. 33 da Lei 3.696/PMC/2016.
b) Os itens cujos preços são superiores a R$ - 80.000,00 (oitenta mil reais) terão cotas exclusivas destinadas as ME, EPP e MEI em até 25%, ficando o quantitativo remanescente de ampla concorrência, conforme de terminação legal do Art. 35 Lei 3.696/PMC/2016.

## 15. SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO/TRANSFERÊNCIA

**15.1.** Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a subcontratação poderá ser admitida desde que expressamente prevista no instrumento convocatório e no contrato, observadas as condições e limites estabelecidos pela Administração.
**15.2.** No caso da presente contratação, que tem por objeto o fornecimento de bens de natureza comum, caracterizados por especificações usuais de mercado e ampla disponibilidade de fornecedores, verifica-se que a execução contratual não demanda especialização técnica complexa ou a participação de terceiros para o cumprimento das obrigações assumidas.
**15.3.** Dessa forma, opta-se pela vedação da subcontratação, tendo em vista que:
**15.4.** O objeto é padronizado e amplamente ofertado no mercado;
**15.5.** A contratação direta do fornecedor principal assegura maior controle sobre a qualidade dos produtos entregues;
**15.6.** Evita-se a fragmentação da responsabilidade contratual, garantindo maior segurança na execução;
**15.7.** Reduz-se o risco de descumprimento contratual decorrente de terceiros não vinculados diretamente ao processo licitatório.
**15.8.** Ademais, a vedação à subcontratação contribui para a eficiência administrativa e para a adequada fiscalização contratual, uma vez que concentra no contratado a responsabilidade integral pela execução do objeto.

## 16. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM FORMA DE CONSÓRCIO

**16.1.** Considerando o disposto no art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio constitui faculdade da Administração, devendo sua admissão ou vedação ser devidamente motivada.
**16.2.** Conforme se depreende da literalidade do referido dispositivo legal e do entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 1.316/2010 – Plenário, compete à Administração Pública avaliar, diante das características do objeto, a conveniência e a oportunidade de admitir ou vedar a participação de empresas em consórcio, desde que a decisão esteja devidamente fundamentada.
**16.3.** No presente caso, **fica vedada a participação de empresas em consórcio**, tendo em vista que o objeto consiste na futura e eventual aquisição de camisetas e correlatos, classificados como bens comuns, padronizados e amplamente ofertados no mercado por diversas empresas, inexistindo complexidade técnica, operacional ou econômico-financeira que justifique a reunião de empresas para sua execução.

## 17. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

**17.1.** Exigir-se-á dos interessados na fase de habilitação, a documentação nos termos estabelecidos na Lei Federal N.° 14.133/2021:

### 17.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

17.2.1. Cédula de identidade do(s) sócio(s) administrador (es) da empresa;
17.2.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual;
17.2.3. Ato constitutivo, Estatuto Social, Contrato Social ou sua consolidação e posteriores alterações, devidamente registradas na Junta Comercial e, no caso de sociedade por ações, Estatuto Social, acompanhado da ata de eleição de sua atual Administração, registrados e publicados;
17.2.4. Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 39/69

diretoria em exercício;
17.2.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir, se participar em regime de consórcio.

**17.3. DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA:**
17.3.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), ativo e dentro do ramo de atividade do objeto licitado;
17.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal (se houver), relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; 19.3.3. Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, relativa a Tributos Federais, Seguridade Social e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil, ou outra equivalente, na forma da Lei;
17.3.3. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual da sede da licitante ou outra equivalente na forma da Lei;
17.3.4. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal da sede da licitante ou outra equivalente na forma da Lei;
17.3.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), consoante disposição do art. 195, § 3º, da CF/1988 ou outra equivalente na forma da Lei;
17.3.6. Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou outra equivalente na forma da Lei;

## 18. LOCAL, PRAZO DA EXECUÇÃO/CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

**18.1. DO LOCAL:**
18.1.1. Os materiais deverão ser entregues no almoxarifado central, situado à Avenida Araçatuba, nº 2296, Bairro Industrial - Cacoal, sendo observado o horário de expediente funcional (segunda á sexta feira - 07h30 às 12h00 - 14h00 às 17h00)

**18.2. PRAZO:**
18.2.1. O prazo pra entrega será de até 30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento da Nota de Empenho, de modo a satisfazer o interesse público.

**18.3. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**
18.3.1. **DO DESENVOLVIMENTO DA ARTE FINAL**:
18.3.1.1. A licitante vencedora será responsável pela criação da arte a ser utilizada, devendo encaminhá-la previamente para aprovação da contratante.
18.3.1.2. A produção somente poderá ser iniciada após a validação formal da arte, garantindo conformidade com as especificações e padrões exigidos.

**18.4. DAS AMOSTRAS PARA PROVA DE TAMANHOS**
18.4.1. Para as **camisetas**, por se tratar de peças de vestuário cujos tamanhos podem ser definidos **com base em tabela de medidas**, não será necessária a apresentação de amostra física para fins de prova de tamanho. **Da mesma forma, para as batas adulto, considerando seu caimento amplo e fluido, os tamanhos poderão ser definidos com base em tabela de medidas, dispensando-se a apresentação de amostra física para fins de prova de tamanho.**
18.4.2. Entretanto, antes do início da fabricação, a licitante vencedora deverá encaminhar às **Secretarias solicitantes**, por meio de e-mail ou ofício, **tabela contendo as medidas correspondentes a cada tamanho das camisetas a serem confeccionadas,** tendo em vista que as medidas e a modelagem podem apresentar variações entre diferentes fabricantes ou fornecedores.
18.4.3. Quanto às batas infantis antes do início da fabricação, a **Secretaria Municipal de Ação Social – SEMAST caso entender necessário poderá informar à licitante vencedora a faixa**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 40/69

**etária do público-alvo a que se destinam as peças,** possibilitando a adequada definição dos tamanhos a serem confeccionados.

18.4.4. Para os coletes destinados à Secretaria Municipal de Ação Social – SEMAST será necessária a apresentação de amostra física exclusivamente para fins de prova e conferência dos tamanhos, considerando que as medidas e a modelagem poderão variar de acordo com o fabricante ou fornecedor 01 (uma) amostra de cada tamanho dos coletes previstos na contratação, **sem personalização**, no prazo máximo de **10 (dez) dias**, contados da data da solicitação formal pela secretaria.

18.4.5. Para fins de definição e conferência dos tamanhos, a **Contratante terá o prazo de até 03 (três) dias úteis,** contados da confirmação do recebimento dos **coletes disponibilizados pela Contratada,** para realizar a respectiva **prova de tamanho.**

18.4.6. Após as provas, a **empresa vencedora** deverá providenciar o recolhimento das amostras junto à Secretaria Municipal de Ação Social – SEMAST, ficando sob sua responsabilidade todas as despesas decorrentes do envio, transporte e restituição das referidas amostras.

18.4.7. Caso a licitante vencedora possua sede no Município de Cacoal/RO, **poderão ser acordados entre as partes outros meios para a realização da prova de tamanho.**

### 18.5. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

18.5.1. Competirá a contratante o diligenciamento de encaminhamento de Nota de Empenho e designação de servidor para acompanhamento do recebimento dos materiais.

18.5.2. O recebimento dos produtos será realizado em duas etapas, conforme do art. 140, da Lei 14.133/2021.

18.5.3. Recebimento Provisório – efetuado pelo setor responsável, num prazo de até 03 (três) dias úteis, para verificação da quantidade, integridade da embalagem e conformidade inicial com o pedido.

18.5.4. Recebimento Definitivo – no prazo máximo de até 07 (sete) dias úteis, contados a partir da assinatura do Termo de Recebimento Provisório e após a verificação da conformidade dos materiais fornecidos, em relação à qualidade e quantidades conforme especificações exigidas no edital/termo de referência.

18.5.5. Qualquer solicitação por parte da CONTRATADA deverá ser dirigida a secretaria emissora das Notas de Empenho.

## 19. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA) E ALINHAMENTO COM AS LEIS ORÇAMENTÁRIAS VIGENTES

**19.1.** Atesta-se que, consoante as informações exaradas nos Documentos de Formalização de Demanda (DFD's), oficializados pelas unidades demandantes, **a necessidade em apreço encontra-se devidamente contemplada** no Plano de Contratações Anual (PCA), em estrita consonância com o planejamento institucional previamente estabelecido, evidenciando sua aderência às diretrizes estratégicas da Administração Pública.

**9.2.** Ademais, verifica-se que, nos termos dos elementos consignados nos referidos documentos, a demanda apresenta plena compatibilidade com as leis orçamentárias vigentes, notadamente com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), encontrando-se alinhada às ações governamentais e à correspondente previsão de recursos orçamentários necessários à sua execução.

Quanto a Semfaz justifica que a presente demanda não se encontra, atualmente, alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA). Entretanto, será providenciada sua inclusão, em conformidade com os procedimentos administrativos cabíveis.

Ressalta-se que a contratação possui previsão orçamentária nas leis orçamentárias vigentes, existindo dotação suficiente para suportar a despesa decorrente da contratação observada as disponibilidades financeiras e os demais requisitos legais aplicáveis.

**9.3.** Dessa forma, resta devidamente demonstrado, com fundamento nas informações constantes dos Documentos de Formalização de Demanda (DFD's), que a iniciativa observa os pressupostos de planejamento, legalidade e responsabilidade fiscal, assegurando sua regular inserção no contexto orçamentário e administrativo da Administração Pública.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 41/69

**9.4.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados pelas unidades demandantes.

| CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA PÚBLICA | |
|---|---|
| ELEMENTO E SUB-ELEMENTO DA DESPESA | 3.3.90.30.00.00<br>3.3.90.32.00.0 |

## 20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

**20.1. DA CONTRATANTE:**

20.1.1. **Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;**

20.1.2. **Acompanhar e fiscalizar o cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo;**

20.1.3. **Verificar se a execução está em conformidade com o objeto contratado, nos termos do detalhamento constante deste Termo de Referência;**

20.1.4. Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada por ocasião da execução contratual, adotando as providências necessárias para sua correção ou, se for o caso, para a rejeição do objeto**;**

20.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA;

20.1.6. Aplicar as sanções cabíveis em caso de inadimplemento, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**20.2. DA CONTRATADA:**

20.2.1. As obrigações da Contratada decorrem da aplicação da Lei nº 14.133/2021, das demais normas pertinentes e das disposições previstas neste Termo de Referência.

20.2.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

20.2.3. Não utilizar trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos, nem qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

20.2.4. Responsabilizar-se pela fiel execução do objeto contratual;

20.2.5. Fazer acompanhar a execução da respectiva nota fiscal, na qual deverá constar referência ao processo e à correspondente nota de empenho da despesa, com a devida discriminação dos valores;

20.2.6. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação;

20.2.7. Comunicar à Contratante, verbalmente no prazo de 3 (três) dias e por escrito no prazo de 5 (cinco) dias, quaisquer fatos ou circunstâncias que impeçam, ainda que temporariamente, o cumprimento de suas obrigações contratuais, total ou parcialmente, por motivo de caso fortuito ou força maior;

20.2.8. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução contratual, inclusive as relativas à locomoção e encargos relacionados ao pessoal envolvido;

20.2.9. Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua ação ou omissão na execução do contrato;

20.2.10. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021;

20.2.11. Acusar o recebimento da Nota de Empenho no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de seu envio;

20.2.12. Responder integralmente pelos prejuízos que vier a causar à Administração ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente das demais sanções contratuais ou legais cabíveis.

## 21. DO PAGAMENTO

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 42/69

**21.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, mediante depósito em conta indicada pela Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento do objeto, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada quanto à regular execução, sendo efetuadas as retenções tributárias e contribuições previstas na legislação vigente.
**21.2.** As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas em 2 (duas) vias e apresentadas à Contratante para fins de atesto, devendo conter a descrição do objeto, o número do contrato e os dados bancários da Contratada.
**21.3.** A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão) estar acompanhada(s) das certidões comprobatórias de regularidade fiscal e trabalhista perante os órgãos competentes, admitindo-se certidões positivas com efeitos de negativas, nos termos da legislação aplicável.
**21.4.** Considerar-se-á como data do pagamento o dia em que constar como emitida a respectiva ordem bancária.
**21.5.** Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o valor devido será acrescido de atualização monetária, calculada entre a data prevista para pagamento e a do efetivo adimplemento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP,

onde:

EM = Encargos moratórios;
I = Índice de atualização financeira;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso
I = (TX/100)/365
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; (IGP-M)

**21.6.** Havendo erro, inconsistência ou qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o documento será devolvido à CONTRATADA para as devidas correções, com a indicação dos motivos que ensejaram sua rejeição, ficando o pagamento suspenso até a regularização da pendência. Nessa hipótese, o prazo para pagamento será reiniciado a partir da apresentação do documento fiscal regularizado, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
**21.7.** A Administração não efetuará pagamento sem prévia e formal autorização, relativamente a obrigações que lhe sejam cobradas diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, ressalvadas as determinações judiciais devidamente formalizadas.
**21.8.** Os encargos financeiros, processuais ou de qualquer outra natureza, decorrentes da inobservância de prazos ou obrigações por parte da CONTRATADA, serão de sua exclusiva responsabilidade.

## 22. REGIME DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**22.1.** Serão utilizadas as sanções previstas na Lei Federal n.º14.133/2021, dentre as quais, colaciona:
**22.2.** Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
**I.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
**II.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
**III.** Dar causa à inexecução total do contrato;
**IV.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
**V.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
**VI.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 43/69

**VII.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
**VIII.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
**IX.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
**X.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
**XI.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
**XII.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
**22.3.** Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
**I.** Advertência;
**II.** Multa;
**III.** Impedimento de licitar e contratar;
**IV.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
**22.4.** § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
**I.** A natureza e a gravidade da infração cometida;
**II.** As peculiaridades do caso concreto;
**III.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
**IV.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
**V.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
**22.5.** § 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
**22.6.** § 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei;
**22.7.** § 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
**22.8.** § 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
**22.9.** § 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
**I.** Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
**II.** Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativos e Judiciários, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
**22.10.** § 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo;
**22.11.** § 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 44/69

**22.12.** 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;
**22.13.** Art. 157. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
**22.14.** Art. 158. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;
**22.15.** § 1º Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste artigo será composta de 02 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 03 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade;
**22.16.** § 2º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;
**22.17.** § 3º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;
**22.18.** § 4º A prescrição ocorrerá em 05 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:
**I.** Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;
**II.** Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
**III.** Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.
**22.19.** Art. 159. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei;
**22.20.** Art. 160. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;
**22.21.** Art. 161. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituído no âmbito do Poder Executivo federal;
**22.22.** Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as conseqüências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos;
**22.23.** Art. 162. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato. Parágrafo único.
**22.24.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 45/69

**22.25.** Art. 163. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
**I.** Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
**II.** Pagamento da multa;
**III.** Transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
**IV.** Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
**V.** Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
**22.26.** Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 desta Lei exigirá como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável

## 23. IDENTIFICAÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

**23.1. IDENTIFICAÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:**
**23.2.** É de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para aquisição do objeto deste Termo de Referência;
**23.3.** A CONTRATADA deverá tomar todos os cuidados necessários para que dê consecução dos serviços não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;
**23.4.** A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto desta licitação;
**23.5.** A presente contratação poderá gerar impactos ambientais relacionados ao consumo de matérias-primas, utilização de insumos no processo de fabricação, geração de resíduos têxteis e de embalagens, bem como ao emprego de tintas e demais materiais utilizados na personalização dos produtos.

**23.6. DETALHAMENTO DE MEDIDAS MITIGADORAS:**
23.6.1. Como medida de mitigação, a contratada deverá cumprir a legislação ambiental aplicável e adotar boas práticas de fabricação, buscando reduzir a geração de resíduos e promover sua destinação ambientalmente adequada, quando cabível.

## 24. DA DEMONSTRAÇÃO DAS PRETENSÕES A SEREM ALCANÇADAS

**24.1.** A presente contratação tem por finalidade alcançar resultados que assegurem a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e desenvolvimento nacional sustentável, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.
**24.2.** Pretende-se, ainda:
**24.3.** Ampliar a **visibilidade, divulgação e reconhecimento das ações, programas, projetos e políticas públicos desenvolvidos** ou apoiados pelo Município, utilizando a identificação visual das equipes como instrumento complementar de comunicação institucional junto à população e aos participantes dos eventos.
**24.4.** Busca-se, ainda, proporcionar maior **organização, padronização e eficiência** na identificação das equipes, especialmente durante eventos e ações com participação de terceiros e grande circulação de pessoas.
**24.5.** Pretende-se, dessa forma, obter uma solução que proporcione **melhor aproveitamento dos recursos públicos,** considerando a utilização do objeto tanto para a identificação das equipes quanto como instrumento de divulgação institucional, agregando diferentes finalidades em uma única solução.

## 25. DOS CASOS OMISSOS

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 46/69

**25.1.** Fica estabelecido, caso venha ocorrer algum fato não previsto no Termo de Referência, os chamados casos omissos, estes serão dirimidos respeitado o objeto dessa contratação, por meio de aplicação da legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021, aplicando-se paralelamente, quando for o caso, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos estabelecidos na legislação civil brasileira, disposições de direito privado e regulamentações expressas pelo Código de Defesa do Consumidor.

Cacoal/RO, 15 de setembro de 2026.

RESPONSÁVEIS PELA CONSOLIDAÇÃO E REVISÃO DO PRESENTE INSTRUMENTO:

*[ASSINADO ELETRONICAMENTE]*
*ELAINE LDE OLIVEIRA BATISTA*
*ASSESSORA TÉCNICA EM PLANEJAMENTO DE COMPRAS - NFP*
*MATRÍCULA Nº 7728*

*[ASSINADO ELETRONICAMENTE]*
*THAYNARA GALTER*
*CHEFE DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO DE PROCESSOS – NFP*
*PORTARIA Nº 506/PMC/2026*

Em face do exposto no presente Termo de Referência, e considerando a consistência das informações técnicas, operacionais e de planejamento nele contidas, os signatários abaixo identificados manifestam sua **APROVAÇÃO INTEGRAL** do referido instrumento.

Reconhece-se que o Termo de Referência reúne os elementos necessários à adequada caracterização do objeto, à estimativa de custos e à definição dos critérios de execução e participação, de forma clara, objetiva e suficiente, restando evidenciada a sua aptidão para subsidiar o regular prosseguimento do procedimento licitatório e o atendimento do interesse público.

Declaram, ainda, que as informações relativas às respectivas áreas de atuação encontram-se devidamente analisadas e validadas, especialmente quanto à compatibilidade da demanda com as necessidades institucionais identificadas.

*[ASSINADO DIGITALMENTE]*
*GLEICE SABRINA SILVA TEODORO*
*SECRETÁRIA M.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO-ADJUNTA*
*PORTARIA Nº 0335/PMC/2026*

*[ASSINADO ELETRONICAMENTE]*
*GILMARA ALVES MACÊDO GUERREIRO*
*SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA*
*DECRETO Nº 11.124/PMC/2026*

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 47/69

*[ASSINADO ELETRONICAMENTE]*
*ROBERTO ALVES DA SILVA*
*SECRETÁRIO MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO*
*DECRETO Nº 10.232/PMC/2025*

*[ASSINADO ELETRONICAMENTE]*
*ELIAS NUNES DE OLIVEIRA*
*SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE*
*DECRETO Nº 11.131/PMC/2026*

*[ASSINADO ELETRONICAMENTE]*
*ALINE BARROS SULZBACH*
*SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE*
*DECRETO Nº 11.108/PMC/2026*

*[ASSINADO ELETRONICAMENTE]*
*MARCO AURÉLIO NOGUEIRA BARBOSA*
*DIRETOR GERAL DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE ESPORTES*
*DECRETO Nº 11.128/PMC/2026*

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 48/69

**ANEXO II**

## CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO *(Com base no Item 17.0 do Termo de Referência)*
A habilitação das empresas vencedoras do Pregão será feita pela análise da documentação. Encerrada a fase de lances e negociação, o(a) pregoeiro(a) solicitará dos licitantes classificados provisoriamente em primeiro lugar, o envio da Documentação de Habilitação exclusivamente via Sistema, observado o prazo limite de até 02 (duas) horas, conforme descrito no preâmbulo deste edital.

HABILITAÇÃO JURIDICA:

**a)** Comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ (cartão CNPJ);
**b)** Documentos de Identidade e do CPF do representante legal da licitante.
**c)** Contrato Social ou instrumento equivalente, em vigor; que comprove o ramo de atividade da empresa, o qual deverá ser compatível com o objeto do Pregão.
**d)** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal (se houver), relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

QUALIFICAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

**e)** Prova de Regularidade com a Fazenda Federal.
**f)** Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual.
**g)** Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal da sede da licitante.
**h)** Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.
**i)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT (Lei nº 12.440/11).
**j)** Declaração Conjunta conforme modelo, Anexo V deste edital e/ou DECLARAÇÃO ÚNICA, disponível no rol HABILITANET do sistema LICITANET.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

**k)** Não se aplica ao presente certame.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA
**l)** Certidão negativa de Falência ou Recuperação Financeira expedida pelo site do Tribunal de Justiça da sede do licitante, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.

> *Admitir-se-á à licitante em Recuperação Financeira a apresentação de Certidão emitida pela instância judicial competente pela ação judicial, ou seja, onde tramita o processo, que comprove que está economicamente apta para participar de procedimentos licitatórios, nos termos da Lei n.11.101/2005, e Acórdão do TCU 1201/2020 Plenário;*

**m)** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou balanço de abertura caso a licitante tenha sido constituída no próprio exercício do certame, devidamente autenticados ou registrados no órgão competente.

- *O Balanço Patrimonial deverá possuir:*
- *Índices Contábeis e respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento do mesmo;*



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 49/69

- *Assinatura do Contador e do titular ou representante legal da Entidade (podem ser assinados digitalmente),*
- *Prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (Carimbo, etiqueta, chancela da Junta Comercial ou código de registro);*
- *Será admitido como válido e na forma da Lei, o Balanço via SPED.*
- *A data limite de apresentação do BP do Exercício Financeiro anterior é* ***30 de abril*** *do ano subsequente, conforme art. 1.078 do Código Civil.*
- *Para empresas que fazem uso do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), a data limite é* ***30 de junho*** *do ano subsequente conforme estabelecido na Instrução Normativa RFB nº 2.003, de 2021, e alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2.142, de 2023.*

DECLARAÇÕES: *(Modelo: Anexo V. Já disponível no sistema LicitaNet)*

- ✓ Já disponível no menu de relatórios do sistema Licitanet;
- ✓ Não se faz necessário o envio por parte do licitante, apenas de sua assinatura junto ao sistema.

OUTRAS DISPOSIÇÕES:

Será assegurado às empresas que tenham declarado sob as penas da lei a condição de ME/EPP a possibilidade de regularização da documentação para habilitação pertinente à regularidade fiscal, na forma prevista pelo art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.

Não serão aceitos, protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituiçãoaos documentos exigidos no edital.

Os documentos anexados serão considerados originais para os efeitos legais, conforme Decreto Municipal 6.723/2018, Artigo 1, § 2º. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamentelegíveis. O uso de *documento falso* para fraudar o caráter competitivo de uma *licitação* está previsto no tipo penal do artigo 155 da Lei das *Licitações*, a Lei 14.133/21.

Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei, admitidos como válidos, e no caso de omissão, os emitidos nos últimos 90 (noventa) dias para a Certidão de Falência e Recuperação Judicial, e emitidos nos últimos 60 (sessenta) dias para as demais.

O pregoeiro reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

A aceitação das certidões exigidas está condicionada à verificação de sua autenticidade e validade na internet nos sites: www.receita.fazenda.gov.br. www.sefin.ro.gov.br, www.previdenciasocial.gov.br, www.caixa.gov.br, www.tj.ro.gov.br e www.tst.jus.br, respectivamente. Em se tratando de empresas licitantes com sede em outro município ou Unidade da Federação, tal procedimento será realizado no site pertinente expresso na Certidão apresentada pela empresa.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 50/69

**ANEXO III**

**ESTIMATIVA DE CUSTOS**

**(Relação de Itens)**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | LOTE 01<br>***(Ampla Participação)*** | | | | |
| Ord | Especificação | Unid | Qnt | Valor Máx. Unit. (R$) | Valor Máx. Total (R$) |
| 1 | CAMISETA ADULTO PERSONALIZADAS COM O LOGOTIPO E/OU TEXTO COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: CAMISETAS BÁSICA PARA ADULTO DE MANGA CURTA, 100% ALGODÃO, FIO 32 X 1 PENTEADO, GOLA REDONDA COM RIBANA 97% ALGODÃO E 3% ELASTANO, COM COSTURAS DUPLAS, COR BRANCA, MODELO BÁSICA; TAMANHOS: PP AO GG IMPRESSÃO EM SERIGRAFIA (SILK SCREEN); ANEXO ARTE, IMAGEM ILUSTRATIVA ARTE DEFINITIVA SERÁ POR CONTA DA CONTRATADA | UN | 8.390 | 56,67 | 475.461,30 |
| 2 | CAMISETA ADULTO PERSONALIZADAS COM O LOGOTIPO E/OU TEXTO COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: CAMISETAS BÁSICA PARA ADULTO DE MANGA CURTA, 100% ALGODÃO, FIO 32 X 1 PENTEADO, GOLA REDONDA COM RIBANA 97% ALGODÃO E 3% ELASTANO, COM COSTURAS DUPLAS, COR BRANCA, MODELO BÁSICA; TAMANHOS: DO XG AO G3 IMPRESSÃO EM SERIGRAFIA (SILK SCREEN); ANEXO ARTE, IMAGEM ILUSTRATIVA ARTE DEFINITIVA SERÁ POR CONTA DA CONTRATADA | UN | 589 | 56,67 | 33.378,63 |
| 3 | CAMISETA ADULTO PERSONALIZADAS COM O LOGOTIPO E/OU TEXTO COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: CAMISETAS BÁSICA PARA ADULTO DE MANGA CURTA, 100% ALGODÃO, FIO 32 X 1 PENTEADO, GOLA REDONDA COM RIBANA 97% ALGODÃO E 3% ELASTANO, COM COSTURAS DUPLAS, CORES VARIADAS INCLUIDO LARANJA, AZUL CLARO, VERDE CLARO,AMARELO,LILÁS,VILOLETA,CINZA,PRETA MODELO BÁSICA; TAMANHOS: PP AO GG IMPRESSÃO EM SERIGRAFIA (SILK SCREEN); ANEXO ARTE, IMAGEM ILUSTRATIVA ARTE DEFINITIVA SERÁ POR CONTA DA CONTRATADA | UN | 4.224 | 56,67 | 239.374,08 |
| 4 | CAMISETA ADULTO PERSONALIZADAS COM O LOGOTIPO E/OU TEXTO COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: CAMISETAS BÁSICA PARA ADULTO DE MANGA CURTA, 100% ALGODÃO, FIO 32 X 1 PENTEADO, GOLA REDONDA COM RIBANA 97% ALGODÃO E 3% ELASTANO, COM COSTURAS DUPLAS, COR VARIADAS INCLUIDO LARANJA, AZUL CLARO, VERDE CLARO,AMARELO,LILÁS,VILOLETA,CINZA,PRETA MODELO BÁSICA; TAMANHOS: DO XG AO G3 IMPRESSÃO EM SERIGRAFIA (SILK SCREEN); | UN | 560 | 56,67 | 31.735,20 |

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 51/69

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | ANEXA ARTE, IMAGEM ILUSTRATIVA ARTE DEFINITIVA SERÁ POR CONTA DA CONTRATADA | | | | |
| 5 | BATA PARA CORAL, CONFECCIONADA EM TECIDO LEVE, CONFORTÁVEL E NÃO TRANSPARENTE DESTINADA AO PÚBLICO IDOSO DEVERÁ ATENDER ÀS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: TECIDO: MALHA FRIA; COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER; GRAMATURA: 120 G/M²; MODELAGEM: AMPLA, CAIMENTO LEVE PROPORCIONANDO CONFORTO E LIBERDADE DE MOVIMENTOS; GOLA: REDONDA; MANGAS: 3/4; COMPRIMENTO: ATÉ O JOELHO; ACABAMENTO: COSTURAS REFORÇADAS COR: AZUL-MARINHO; PERSONALIZAÇÃO: BORDADO COM O NOME DA INSTITUIÇÃO; TAMANHOS: P, M, G, GG E EXG. | UN | 148 | 102,00 | 15.096,00 |
| 6 | BATA PARA CORAL, CONFECCIONADA EM TECIDO LEVE, CONFORTÁVEL E NÃO TRANSPARENTE DESTINADA AO PÚBLICO INFANTIL DEVERÁ ATENDER ÀS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: TECIDO: MALHA FRIA; COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER; GRAMATURA: 120 G/M²; MODELAGEM: AMPLA, CAIMENTO LEVE PROPORCIONANDO CONFORTO E LIBERDADE DE MOVIMENTOS; GOLA: REDONDA; MANGAS: 3/4; COMPRIMENTO: LONGO ACABAMENTO: COSTURAS REFORÇADAS COR: AZUL-CLARO PERSONALIZAÇÃO: BORDADO COM O NOME DA INSTITUIÇÃO; TAMANHOS: P AO G ANEXO ARTE, IMAGEM ILUSTRATIVA ARTE DEFINITIVA SERÁ POR CONTA DA CONTRATADA | UN | 120 | 100,67 | 12.080,40 |
| 7 | CAMISETA PARA ADULTO; CONFECCIONADA EM MALHA DRY FIT 100% POLIÉSTER MANGA CURTA; GOLA REDONDA ACABAMENTO EM VIÉS NA GOLA E MANGAS COSTURAS REFORÇADAS, CORES VARIADAS, PERSONALIZAÇÃO POR SUBLIMAÇÃO COLORIDA, APLICADA NA FRENTE E NAS COSTAS; LOGOMARCA PROPORCIONAL AO TAMANHO DA PEÇA, TAMANHOS VARIADOS: P, M, G ANEXO ARTE, IMAGEM ILUSTRATIVA ARTE DEFINITIVA SERÁ POR CONTA DA CONTRATADA | UN | 100 | 60,54 | 6.054,00 |
| 8 | CAMISETA ADULTO PERSONALIZADAS ESPORTIVAS COM O LOGOTIPO E/OU TEXTO, CORES VARIADAS COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: MALHA TRAIL 98% POL. 2% ELAST. 100 GR. TAMANHOS PP AO XGG. ANEXO ARTE, IMAGEM ILUSTRATIVA ARTE DEFINITIVA SERÁ POR CONTA DA CONTRATADA | UN | 2.700 | 60,54 | 163.458,00 |
| 9 | CAMISETAS PERSONALIZADAS ESPORTIVAS COM O LOGOTIPO E/OU TEXTO, CORES VARIADAS COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: MALHA TRAIL 98% POL. 2% ELAST. 100 GR. TAMANHOS 02 AO 14 ANOS ANEXO ARTE, IMAGEM ILUSTRATIVA ARTE | UN | 300 | 39,92 | 11.976,00 |

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 52/69

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | DEFINITIVA SERÁ POR CONTA DA CONTRATADA | | | | |
| 10 | CAMISETA INFANTIL PERSONALIZADAS COM O LOGOTIPO E/OU TEXTO COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: CAMISETAS DE MANGA CURTA, 100% ALGODÃO, FIO 32 X 1 PENTEADO GRAMATURA MÍNIMA DE 160,0 G/M², GOLA REDONDA COM RIBANA 97% ALGODÃO E 3% ELASTANO, COM COSTURAS DUPLAS, COR BRANCA, MODELO BÁSICA; TAMANHOS: 02 AO 10 IMPRESSÃO EM SERIGRAFIA (SILK SCREEN); ANEXO ARTE, IMAGEM ILUSTRATIVA ARTE DEFINITIVA SERÁ POR CONTA DA CONTRATADA | UN | 200 | 39,92 | 7.984,00 |
| 11 | CAMISETA JUVENIL PERSONALIZADAS COM O LOGOTIPO E/OU TEXTO COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: CAMISETAS DE MANGA CURTA, 100% ALGODÃO, FIO 32 X 1 PENTEADO GRAMATURA MÍNIMA DE 160,0 G/M², GOLA REDONDA COM RIBANA 97% ALGODÃO E 3% ELASTANO, COM COSTURAS DUPLAS, COR BRANCA, MODELO BÁSICA; TAMANHOS: 12 A 16 IMPRESSÃO EM SERIGRAFIA (SILK SCREEN); ANEXO ARTE, IMAGEM ILUSTRATIVA ARTE DEFINITIVA SERÁ POR CONTA DA CONTRATADA | UN | 200 | 39,92 | 7.984,00 |
| | LOTE 02<br>***(Exclusivo ME/EPP/MEI)*** | | | | |
| 12 | COLETE INSTITUCIONAL DESTINADO À IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO – SEMAST. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CONFECCIONADO EM TECIDO BRIM PROFISSIONAL, COMPOSIÇÃO MÍNIMA DE 65% POLIÉSTER E 35% ALGODÃO, GRAMATURA MÍNIMA DE 220 G/M², RESISTENTE AO DESGASTE, RASGOS E LAVAGENS FREQUENTES. COR PREDOMINANTE VERDE, COM ACABAMENTO EM VIÉS NA MESMA COR OU EM COR INSTITUCIONAL. MODELO UNISSEX. GOLA TIPO PADRE OU GOLA V. FECHAMENTO FRONTAL POR ZÍPER REFORÇADO DE NYLON DE ALTA RESISTÊNCIA. COSTURAS DUPLAS REFORÇADAS EM TODA A PEÇA. LATERAIS COM AJUSTE POR ELÁSTICO OU REGULAGEM, PROPORCIONANDO MELHOR ADAPTAÇÃO AO CORPO. MÍNIMO DE 06 BOLSOS FUNCIONAIS, SENDO: 02 BOLSOS SUPERIORES COM LAPELA E FECHAMENTO EM VELCRO; 02 BOLSOS INFERIORES AMPLOS COM LAPELA E FECHAMENTO EM VELCRO; 02 BOLSOS AUXILIARES PARA CANETAS, BLOCO DE ANOTAÇÕES OU CELULAR. FAIXA REFLETIVA HORIZONTAL NA PARTE FRONTAL E TRASEIRA, COM LARGURA MÍNIMA DE 05 CM (QUANDO EXIGIDO PARA ATIVIDADES EXTERNAS). BORDADO DE ALTA QUALIDADE OU | UN | 92 | 174,92 | 16.092,64 |

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 53/69

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | IMPRESSÃO EM SILK SCREEN DE ALTA DURABILIDADE. PERSONALIZAÇÃO FRENTE (LADO ESQUERDO): BRASÃO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL. FRENTE (LADO DIREITO): LOGOMARCA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO – SEMAST. COSTAS: INSCRIÇÃO CENTRALIZADA: ASSISTÊNCIA SOCIAL ABAIXO: SEMAST SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO ACABAMENTO BAINHA REFORÇADA. LINHA DE COSTURA EM POLIÉSTER DE ALTA RESISTÊNCIA. BORDADOS SEM FALHAS OU DESFIAMENTOS. ZÍPER RESISTENTE E DE FÁCIL ACIONAMENTO. NÃO APRESENTAR MANCHAS, DEFEITOS DE FABRICAÇÃO OU DEFORMIDADES. TAMANHO P AO XGG ANEXO ARTE, IMAGEM ILUSTRATIVA ARTE DEFINITIVA SERÁ POR CONTA DA CONTRATADA | | | | |

Valor Máximo Previsto R$ 1.020.674,25 (Um milhão e vinte mil, seiscentos e setenta e quatro reais e vinte e cinco centavos)

***Atenção**: Para preenchimento da Proposta (Anexo IV) deve-se seguir estritamente esta ordem e numeração dos itens e lotes, devendo o licitante **preencher TODOS** OS ITENS de cada LOTE de seu interesse, sob pena de desclassificação da proposta para aquele lote.*

1 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Os interessados podem apresentar proposta para quaisquer dos **ITENS/LOTES** de seu interesse, individualmente, respeitado o critério de julgamento.

1.2 Independentemente do critério de julgamento ser pelo valor do **ITEM**, do **LOTE**, ou **GLOBAL,** os itens serão analisados pelo valor unitário. Qualquer item que tiver seu valor superior ao valor estimado pela administração, deverá ser retificado ou será desclassificado.

1.3 Não será admitido no preço unitário o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 54/69

**ANEXO IV**

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

À
PREFEITURA DE CACOAL/RO
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2026
PROCESSO Nº 09936/GLOBAL/2026

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos objetos abaixo discriminados, conforme Edital, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

RAZÃO SOCIAL:
CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:
REPRESENTANTE E CARGO:
CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:
ENDEREÇO e TELEFONE:
AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA:

Declaramos que o e-mail informado nesta proposta é válido e poderá ser utilizado para todas as comunicações oficiais, inclusive notificações, e nos comprometemos em mantê-lo atualizado junto à Prefeitura de Cacoal/RO.

Declaramos conhecer e concordar com todas as condições deste edital e seus anexos e apresentamos nossa proposta de preços para o fornecimento do objeto do certame conforme valores e especificações técnicas a seguir:

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | UND | MARCA | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | VALOR TOTAL | |

***Atenção**: O preenchimento desta proposta deve seguir estritamente a ordem e numeração dos itens conforme Anexo III - Estimativa de Custos, incluindo a Marca (quando houver) sob pena de invalidação da proposta.*

*Quando do julgamento por Lote, o licitante deverá cotar todos os itens do lote desejado, sob pena de invalidação da proposta sobre aquele lote.*

***Poderá ainda ser utilizado o relatório de Proposta Final expedido pelo sistema LICITANET em substituição, sem prejuízo do procedimento licitatório.***

**VALIDADE DA PROPOSTA:** _____ dias (no mínimo 60 (sessenta) dias), contados da apresentação da proposta final corrigida.

**PRAZO E LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO**: Conforme o Termo de Referência e Edital.



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 55/69

As despesas relativas a eventuais trocas dos produtos por força da garantia correrão por conta da contratada.

**Declaramos, sob as penalidades da lei, que:**

O(s) produto(s) ofertado(s) é(são) novo(s), não recondicionado(s), não remanufaturado(s) ou reciclado(s).

Nos preços propostos estão inclusos todos os impostos, taxas, fretes, e todas as demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento da obrigação objeto da licitação em referência.

Concordamos e nos submetemos a todos os termos, normas e especificações do pertinente Edital, bem como, às leis, decretos, portarias e resoluções cujas normas incidam sobre a presente licitação.

Declaramos também que:

a) A proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente pela empresa, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial deste certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial deste certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato deste certame quanto a participar ou não da referida licitação;

d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato deste certame antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura de Cacoal/RO antes da abertura oficial das propostas;

A empresa declara ainda que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la e que tem ciência que “a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei n˚ 14.1331/21.

Local e data

_____

Assinatura do representante legal da empresa

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 56/69

## ANEXO V

## MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____ /202X.

A .....***(nome da empresa)***....., CNPJ/MF Nº ....., sediada ..... ***(endereço completo)***....., telefone para contato ..(.....)....., e-mail ....., Declaramos para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, o que se segue:

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro:

- ✓ Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- ✓ Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação
- ✓ Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- ✓ Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- ✓ Cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- ✓ Responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema.
- ✓ Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- ✓ Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.
- ✓ Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- ✓ Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
- ✓ Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- ✓ Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.
- ✓ Que não utiliza de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos
- ✓ Que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Declarações utilizadas para critério de desempate, conforme Art. 60:
§ 1º III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
§ 1º IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

Local e Data,

_____
(Responsável legal e assinatura)

** Este documento poderá ser emitido a partir do relatório de Declaração expedido pelo sistema LICITANET, não necessitando de seu envio por parte do Licitante, sem prejuízo do procedimento licitatório.*

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 57/69

# ANEXO VI

## MINUTA DO CONTRATO

PROC N. º 00000/2026
PREGÃO ELETRONICO N. º 000/2026

TERMO DE CONTRATO DE Nº ___ /_____, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CACOAL E A EMPRESA _____.

O MUNICÍPIO DE CACOAL/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede e administração Avenida Araçatuba (RO 383), S/N, nesta cidade e Comarca de Cacoal, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, XXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG n.º XXXXXX SSP/RO e CPF/MF n.º XXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade e Comarca de Cacoal, Estado de Rondônia, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado, o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº 0xxxxxxx/20xxxxx e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a ..... para atender as necessidades da Secretaria Municipal XXXXXXXXXXXXX, que serão entregues conforme as condições do anexo do Edital, PELO PERIODO DE ___ (_____) MESES, estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

| ITEM | CÓD | DESCRIÇÃO | UND | QNT. | MARCA | V. UNT | V. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| TOTAL GERAL | | | | | | | |

2 1.4. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: Termo de Referência que embasou a contratação, o Edital da licitação; a Proposta do Contratado; e eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação será a partir da data assinatura por até ___ (_____) meses, prorrogável por até ___ meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato e Decreto Municipal nº ...../2026.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação total do objeto contratual.

4.2 Quando permitida, a subcontratação parcial ocorrerá _____ *(conforme previsão expressa descrita no Termo de Referência)* _____.

CLÁUSULA QUINTA PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. PREÇO

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 58/69

5.1.1. O valor da aquisição é de R$ XXXXXX (XXXXXX).
5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
5.2. FORMA DE PAGAMENTO
5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
5.3. PRAZO DE PAGAMENTO
5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
5.3.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será devido encargos moratórios, desde a data limite para pagamento (30 dias após apresentação da nota fiscal) até a data do efetivo pagamento pelo CONTRATANTE, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I X N X VP, onde:

EM = Encargos Moratórios;
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = valor da parcela em atraso;
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
I= I/365 I= 6/100/365 I= 0,00016438
Onde I = taxa percentual anual no valor de 6%

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
5.4.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;
5.4.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
5.4.3.1. Previamente a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação;
5.4.3.2. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
5.4.3.3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
5.4.3.4. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
5.4.3.5. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 59/69

5.4.3.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
5.4.3.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE, REEQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO(art. 92, V)
6.1 Os preços contratados poderão ser reajustados, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, sendo que a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste, utilizando-se a variação do índice IGP-M (Indicie Geral de Preço de Mercado) da Fundação Getúlio Vargas, acumulado em 12 (doze) meses, com base na seguinte fórmula:
R = V x I – IO,
Onde:
R = Valor do reajuste procurado;
V = Valor contratual do serviço a ser reajustado;
I = Índice relativo à data do reajuste;
IO = Índice inicial – refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data vinculada à data do orçamento estimado.

6.2 Caso o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa ser mais utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, ou em sua ausência por acordo entre as partes de novo índice oficial.
6.3 O reajuste será realizado por apostilamento.
6.3.1 DO REEQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO
6.3.2 A Administração poderá realizar o Reequilíbrio Econômico-Financeiro do contrato em casos de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.
6.3.3 A Administração deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.
CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)
7.1. São obrigações do Contratante:
7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e Decreto Municipal nº ...../2023;
7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto ou prestação dos serviços, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
7.1.7. Cientificar a procuradoria do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
7.1.9. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 60/69

7.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.
7.1.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21, se for o caso.
7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)
8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
8.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);
8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
8.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade fiscal, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: a) prova de regularidade perante a Fazenda Municipal (mobiliários), especialmente quando o proponente possuir domicílio ou sede no município; b) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; c) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.
8.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
8.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
8.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
8.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
8.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
8.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 61/69

8.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
8.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
8.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
8.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
8.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
8.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
8.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
8.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, o Contratado que praticar qualquer uma das condutas elencadas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.
11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
11.2.4. Multa:
a) moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.
b) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
11.2.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 62/69

11.2.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
11.2.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
11.2.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
11.2.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
11.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
11.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)
11.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico financeiro.
12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
12.2.1.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
12.2.1.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
12.2.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
12.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos e indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento:

| | |
|---|---|
| AÇÃO PROGRAMÁTICA | |
| CLASSIF. FUNCIONAL | |
| NATUREZA DA DESPESA | |

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 63/69

contidas na Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA FORO (art. 92, §1º)

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Cacoal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Cacoal, ___ de _____ de 2026.

Identificação e assinaturas:

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 64/69

ANEXO VI

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

PROCESSO Nº 00000/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 000/2026

O MUNICÍPIO DE CACOAL/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º XX.XXX.XXX/XXX-XX, com sede e administração na Avenida Araçatuba (RO 383), S/N, nesta cidade e Comarca de Cacoal, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, XXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG n.º XXXXXX SSP/RO e CPF/MF n.º XXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade e Comarca de Cacoal, Estado de Rondônia, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, RESOLVE registrar os preços em favor da empresa ....., inscrita no CNPJ sob nº...../.....-....., com sede à ....., na cidade de ....., neste ato representada pelo Sr. ....., atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Federal nº 11.462/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de ....., conforme descrito no Anexo I.
2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item constam do Anexo I.
3. ÓRGÃO GERENCIADOR
3.1 O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Cacoal, sem participação de outros órgãos.
4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1 A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023.
4.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
4.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a *50%* dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, conforme inciso I do art. 32 do Decreto Federal N° 11.462/23 art. 86° § 4º da Lei 14.133/21.
4.4 As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao máximo o *dobro* do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem, conforme inciso II do art. 32 do Decreto Federal N° 11.462 de 31 de março de 2023, art. 86° § 5º da Lei 14.133/21.
4.5 Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
5. VIGÊNCIA, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
5.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado da data de sua publicação junto ao Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP, e Diário Oficial do Município, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. (Art. 22 do Decreto Federal 11.462 de 31 de Março de 2023 e Art. 173, § 1º do Decreto Municipal 9.592/PMC/2023)

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 65/69

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pela administração municipal por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o Art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.
5.2.1 O instrumento contratual deverá ser emitido no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3 após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.3.1 será incluído na ata, na forma de anexo, caso haja, o registro dos licitantes que:
5.3.1.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.3.1.2. Mantiverem sua proposta original.
5.3.2. Será respeitada, nas aquisições, a ordem de classificação dos licitantes participantes do certame.
5.3.2.1. Esgotada a ordem de classificação e não havendo interessados, a administração municipal poderá consultar outros fornecedores, respeitando o preço registrado.
5.4. O registro a que se refere tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.5 para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.6 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.6.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.6.2 quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas.
5.7 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado na página oficial do município e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.8 após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo de cinco dias úteis e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.
5.8.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração Municipal.
5.9 A ata de registro de preços poderá ser assinada digitalmente utilizando certificados digitais válidos e emitidos por autoridade certificadora integrante da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras ICP - Brasil, sendo facultado a Administração a verificação de autenticidade.
5.10 quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado à Administração Municipal convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.11 na hipótese de nenhum dos licitantes, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração Municipal, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.11.1 convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.11.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.12 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração Municipal a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
6 - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO
6.1 - O objeto desta licitação poderá ter sua entrega iniciada no prazo de até cinco dias úteis, contados da data da assinatura do Contrato da Ata de Registro de Preços.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 66/69

6.2 A requisição poderá ser efetuada via e-mail encaminhado pelo Setor demandante da Prefeitura Municipal de Cacoal - RO, sendo respeitado o prazo de entrega.
6.2.1- A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita pelo Detentor da Ata, no local e hora determinado pelo Gestor da Ata.
6.3 As entregas deverão ser realizadas no: ..... (endereço) ..... de segunda a sexta feira, (exceto feriados) no horário das 07h30m às 13h30m.
6.4 - Correrá por conta do Detentor da Ata as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento, inclusive casos de devolução.
6.5 Caso seja entregue algum produto danificado deverá o Detentor da Ata substituir no mesmo prazo, correndo por sua responsabilidade todas as despesas da logística reversa.
7 - DA FORMA DE PAGAMENTO
7.1 - Os pagamentos devidos a Detentora da Ata serão efetuados na Tesouraria desta Prefeitura, no prazo de até dez dias de vencimento, mediante apresentação de notas fiscais/faturas devidamente empenhadas.
7.2 - As notas fiscais/faturas, que apresentarem incorreções serão devolvidas à Detentora da Ata e seu vencimento ocorrerá em igual período acima.
7.3 - O pagamento será feito em cheque nominal a Detentora da Ata ou mediante crédito em conta da Detentora da Ata.
7.4 - À Detentora da Ata fica vedado negociar ou efetuar a cobrança ou o desconto da fatura emitida através da rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobranças em carteira simples, ou seja, diretamente para o Órgão Gestor.
8. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
8.1 os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos, nas seguintes situações:
8.1.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;
8.1.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
8.1.3 na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
8.1.1.1 no caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
8.1.1.2 no caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
9. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
9.1 na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração Municipal convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
9.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
9.1.2 na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
9.1.3 se não obtiver êxito nas negociações, a Administração Municipal procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
9.1.4 na hipótese de redução do preço registrado, a Administração Municipal revisará os contratos decorrentes da ata de registro de preços para avaliar a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no Art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.
9.2 na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 67/69

alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

9.2.1 neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

9.2.2 não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pela Administração Municipal e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

9.2.3 na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, a Administração Municipal convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

9.2.4 se não obtiver êxito nas negociações, a Administração Municipal procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

9.2.5 na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, a Administração Municipal atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

9.2.6 A Administração Municipal revisará os contratos firmados decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no Art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração Municipal sem justificativa razoável;

10.1.3 não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Art. 27, § 2º, do Decreto Federal nº 11.462/2023; ou

10.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá a Administração Municipal, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas será formalizado por despacho da Administração Municipal, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a Administração Municipal poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pela Administração Municipal, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.4.1. Por razão de interesse público;

10.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Art. 26, § 3º e Art. 27, § 4º, ambos do Decreto Federal nº 11.462/2023.

11. DAS PENALIDADES

11.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

11.1.1.As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2 É da competência da Administração Municipal a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 68/69

11.3. Os setores deverão comunicar a Administração Municipal qualquer das ocorrências previstas, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração Municipal e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

12.2. As partes envolvidas consentem com a utilização dos seus dados pessoais fornecidos para a operacionalização da presente licitação e para a respectiva execução do contrato, bem como comprometem-se a observar as regras e princípios referente ao tratamento de dados pessoais estabelecidos no Art. 5º, inciso em conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados LGPD.

Fica eleito o foro do Município de Cacoal para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste. E, por estarem de acordo, lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinada pelas partes em (02) duas vias de igual teor, composta de XX (xxxxxxx) páginas, excetuando os termos de anuência dos fornecedores, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

| | |
|---|---|
| _____<br>Prefeito Municipal | _____<br>Secretário Municipal |
| _____<br>Empresa | _____<br>Gerente do Reg. Preço |

Testemunhas:

1) _____

2) _____

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade - Identificador: 85252c8a-27eb-42a4-aa06-99e3ed15caf0 - Página 69/69